



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 107

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	1971
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	1976
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	1977
SECRETARIA GERAL	1977

TAQUIGRAFIA

8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A EMANCIPAÇÃO DOS DISTRITOS DE NOVA DIMENSÃO E REGIÃO (NO DISTRITO DE NOVA DIMENSÃO).

Em 08 de Junho de 2018

Presidência do Sr.
EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente

(Às 15 horas e 26 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores boa tarde! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa e do Deputado Dr. Neidson, realiza Audiência Pública objetivando debater sobre a Criação do Município de Nova Dimensão no Estado de Rondônia, ou debater a sua Emancipação Político Administrativo.

Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo Senhor Deputado Edson Martins, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Vereador Altamir Fochesatto, Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré; Excelentíssimo Senhor Vereador Anael Nogueira, Câmara Municipal de Nova Mamoré; Excelentíssimo Senhor

Vereador Professor Denízio Pereira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré; Senhor Jorge Alberto Elarrat, Analista do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Estado de Rondônia; Senhor Aparecido Bispo, Presidente da Comissão de Emancipação. Convidamos também Excelentíssimo Senhor Senador da República Valdir Raupp de Matos; também Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Lúcio Mosquini.

Queremos neste momento registrar e agradecer a presença do senhor Almir Manoel dos Santos, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Linha 29 Buritis; Uéliton Cupertino Souza de Amorim, Assessor do IBGE; Paulo Henrique Schroder, Analista de Planejamento e Gestão de Informação Geográfica e Estatística; Mário Aparecido Moreira, Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Luiz Cleyton Lobato, Analista do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; João Batista, Secretário de Educação do Município de Nova Mamoré; Excelentíssimo Senhor Vereador Célio Brito, Câmara Municipal de Nova Mamoré; Excelentíssimo Senhor Vereador Edivaldo de Oliveira, o Irmão Ide Da 20, Câmara Municipal de Nova Mamoré; Moradores da Linha 29 Gabriel José da Silva. Presidente da Associação GRAMA – Produtores Rurais de Nova Dimensão; Senhoras e senhores Moradores da Linha 21; Senhor Edinaldo D' Carmo, da Associação dos Produtores Rurais de Nova Mamoré - ASPRUGEM; Senhoras e Senhores Moradores da Linha 32, de uma forma geral a todas as senhoras e senhores que participam desta Audiência Pública.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública objetivando debater sobre a criação do Município de Nova Dimensão, Distrito de Nova Dimensão a Município no Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Excelentíssimo Senhor Deputado Edson Martins, neste momento conduz toda esta Audiência Pública. Certamente conforme já tenha avisado, passará a direção dos trabalhos ao proponente Deputado Dr. Neidson. Mas, os dois Deputados terão nesta Audiência Pública a incumbência de conceder e também solicitar a palavra para os demais participantes.

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manweiler*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Cumprimentar a todas as pessoas aqui presentes, agradecer pelo convite que vieram atender esse convite desta Audiência Pública, proposta pelo Deputado Dr. Neidson e o Deputado Maurão de Carvalho, com o nosso apoio, apoio da Assembleia Legislativa, todos os Deputados Estaduais, com certeza também apóiam esse Projeto de Emancipação Política aqui do Distrito de Nova Dimensão, não só do Distrito de Nova Dimensão, mas, União Bandeirantes, Jaci-Paraná, Extrema, aqui Ponta do Abunã, Vista Alegre que seja, Tarilândia, São Domingos. Nós temos vários Distritos que hoje preenchem todos os requisitos, populacional e econômico, e entre eles um distrito pujante com a população, com certeza no mínimo hoje o dobro do que exige os requisitos para a emancipação política. Estava falando aqui com o Senador Valdir Raupp, o Deputado Lúcio, quando diz que 6.000 habitantes, é o número mínimo para propor emancipação política, eu tenho certeza que Nova Dimensão, tem mais de 12, 15.000 habitantes. Então, é um distrito que já vai nascer um município forte, município forte, pujante com terras produtivas, uma economia muito forte, uma população ordeira, trabalhadora, e com certeza o progresso chegará ao Município de Nova Dimensão, assim que emancipado, eu não tenho dúvidas disso. Cumprimentar aqui o nosso Senador Valdir Raupp, parabenizar, Senador, Vossa Excelência que não mede esforços para estar em todos os cantos do Estado de Rondônia, onde Vossa Excelência é solicitado, está levando lá a sua prestação de serviço, colocando recurso para atender os municípios e atendendo em todos os quesitos necessário no município, nesse momento aqui com certeza o assunto é a Emancipação Política, uma reivindicação muito justa desta comunidade. Parabenizar aqui o meu colega Deputado Dr. Neidson, tem feito um grande trabalho dentro da Assembleia Legislativa. Muito me honra, Deputado Neidson, está lado a lado com Vossa Excelência participando dos trabalhos, dos debates, do nosso Estado, nas Comissões Permanentes da Casa discutindo todos os Projetos que são de interesse do Estado de Rondônia. Cumprimentar o Deputado Lúcio Mosquini também um Deputado atuante, trabalhador tem realmente trabalhado muito pelo Estado de Rondônia, pelo Município de Nova Mamoré, e também é um Deputado que tem trabalhado muito lá em Brasília essa questão da Emancipação Política, da aprovação desta Lei, que com certeza vai devolver novamente a competência aos Estados para que possa legislar sobre a criação de novos municípios. Cumprimentar aqui o Vereador Anael, Vereador aqui do Distrito, Jorge Elarrat, representando o IBGE nesse momento. Também o Altamir, Presidente da Câmara, Vereador Anael, também aqui do Distrito, Vereador Chapéu, parece que está por aqui, demais Vereadores, os nossos servidores lá da Casa, em nome do Manvailer, da Jane, sintam-se todos cumprimentados, agradecer aí pelo trabalho. O Ex-Prefeito Laerte, meu amigo, o Prefeito Claudionor que não está presente; é um prazer Laerte, rever um grande amigo, uma pessoa que eu tenho grande consideração aqui presente; Ronildo, que é o meu irmão está por ali também, o Abílio, a todos os presentes. Dizer da minha alegria de estar hoje aqui no Município de Nova Dimensão, onde tenho tantos amigos.

Vou passar aqui a palavra para o Deputado Dr. Neidson, que é o proponente desta Audiência, Deputado Dr. Neidson, e com certeza nós vamos estar juntos com o Deputado Dr. Neidson, junto com a população de Nova Mamoré, do Distrito de Nova Dimensão, o nosso Presidente Deputado Maurão, pediu que eu pudesse trazer um abraço a cada um de vocês. O Deputado Maurão fez uma cirurgia essa semana e não foi possível ele estar aqui também com a gente, mas, ele mandou

que trouxesse um abraço. O Leno, meu amigo que está ali Leno, muito obrigado aí pela presença; o Amarildo lá de Buritis, residente do DER aqui nessa região, Donald, enfim a todos se sintam cumprimentados. O Bispo, também nosso amigo, é Presidente da Comissão de Emancipação Política da Ponta do Abunã. Também o Professor Yuri, Professor Yuri, lá de Nova Dimensão, está ali, nosso amigo, o Yuri, é da Rádio lá de Nova Dimensão, e a toda a comissão de Jacinópolis, a toda a comissão lá de Jacinópolis acompanhando o Yuri, a toda a população daqui do Distrito, também de Nova Mamoré, sintam-se cumprimentados, é uma alegria estar aqui com vocês. E nesse momento, eu passo a palavra para o meu amigo Deputado Dr. Neidson.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes das palavras iniciais de Sua Excelência Senhor Deputado Dr. Neidson, lembramos que esta Audiência Pública proposta pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente, também Presidente da Assembleia Legislativa e de Sua Excelência o Senhor Deputado Dr. Neidson. Convidamos também para compor a Mesa, Laerte Queiroz, Ex-Prefeito de Nova Mamoré. Queremos saudar o Senhor Sirleno, aqui presente. E mais uma vez as senhoras e senhores, também a Guarnição da Polícia Militar, pertencente ao 6º Batalhão de Fronteira de Guajará-Mirim, são policiais militares lotados aqui no Distrito de Nova Dimensão, muito obrigado pela presença. Lembrando que por decisão da Mesa, aos Oradores caberá o tempo de cinco minutos.

O SR. DR. NEIDSON – Bem boa tarde a todos! Já é a segunda Audiência Pública que nós participamos aqui em Nova Dimensão, a primeira foi realizada através de pedido dos Vereadores Denizio e do Vereador Anael, que está aqui presente, estão dos dois presentes. Quero cumprimentar aqui nosso grande amigo colega de trabalho Deputado Edson Martins, o Senador da República Valdir Raupp, Deputado Lúcio Mosquini, que está aqui presente também, vamos já cobrar dele aqui também o apoio a PLP 137/2015, na qual a Deputada Federal Marinha Raupp, já solicitou a urgência na votação, parece-me que ficou para a próxima terça-feira a votação, isso, então já vamos cobrar de Vossa Excelência também o apoio aí juntamente com a Bancada Federal, para que possa ser aprovada essa Lei. Cumprimentar aqui também o Senhor Aparecido Bispo, que é o Presidente da Comissão de Emancipação; Jorge Alberto Elarrat, Analista do IBGE, e os Vereadores de Nova Mamoré, também que estão presentes o Vereador Presidente da Câmara, Altamir Fochesatto; Danilo, já falei, Vereador Célio, Vereador Irmão Ide, e Vereador Chapéu, lá de Jacinópolis, o qual eu passei na semana anterior aí vendo o município do qual estaremos entregando aí uma academia ao ar livre lá em breve. Mas, o principal motivo desta Audiência Pública, é para que a população também decida, quem vai decidir são vocês, se querem ou não a emancipação dos distritos. A intenção, se vocês quiserem é a união, a fusão dos três Distritos de Palmeiras, Jacinópolis e Nova Dimensão, se vocês quiserem de outra forma, assim como o Vereador Chapéu falou que poderiam dividir também Jacinópolis com outro município, aí depende de cada um de vocês e das votações que terão. Mas, para que se realize, existem vários procedimentos para iniciar. Quero cumprimentar aqui os representantes do INCRA, que estão aqui também, a Polícia Militar, um grande abraço, a todos vocês, parabéns pelo trabalho que realizam aqui em Nova Dimensão. Para iniciarmos, nós temos que ter primeiramente o pedido de vocês, um requerimento daqui das regiões, fazer um docu-

mento com pelo menos 20% do eleitorado que pertença à região. Nós temos em Nova Mamoré, aproximadamente quase 18.000 eleitores, então 20% daria o quê? 3.600 eleitores solicitando uma assinatura, um abaixo-assinado. Parece que o Aparecido Bispo, Bispo, nós já temos aí, já iniciamos, essa lista dos eleitorados aqui para fazer o pedido a Assembleia Legislativa. Depois de se fazer esse pedido a Assembleia Legislativa, já é aprovado pela Assembleia, nós solicitamos ao Governo do Estado, estudo de viabilidade da criação de municípios. E para que se realize esse estudo, quem vai custear esses estudos que duram 180 dias, são seis meses, é o Governo do Estado de Rondônia, é o Poder Executivo. Mas, primeiro, o primeiro passo é que vocês solicitem a Assembleia Legislativa com pelo menos 3.600 eleitores assinarem com o número de título, documentos e fazerem o pedido a Assembleia Legislativa. Aí solicitamos ao Governo do Estado, estudo de viabilidade, após aprovado o estudo de viabilidade, tem que ser apresentado primeiramente na Assembleia Legislativa, a Assembleia, vai aprovar total ou em parte, vai pedir se for necessária, nova realização do estudo ou parte dele. Depois de aprovado, a Assembleia Legislativa, através de ato da Mesa Diretora, nós solicitamos ao Tribunal Regional Eleitoral, um plebiscito, e esse plebiscito, tem que ser realizado nas eleições da Presidência, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, ou seja, o plebiscito só pode ser realizado de quatro em quatro anos. Então, tem que ter esse espaço. Se for aprovado esse plebiscito, a Assembleia Legislativa, se tivermos, mas, o principal antes de tudo isso é aprovação da Lei que nós temos lá a PLP 137/2015, é de 2015, não é Bispo? Que tem o artigo 24, que diz que: os Distritos que querem ser emancipados a partir de 2013, eles não precisam novamente realizar o estudo de viabilidade, plebiscito, ou seja, Extrema já está a ponto de se tornar um município a partir da aprovação dessa PLP, é isso Bispo? Vamos lhe passar a palavra agorinha. Mas, bem, eu quero passar a palavra aqui primeiramente aos componentes da Mesa, para depois a pessoa que quiser também fazer uso da palavra, pode também se inscrever para utilizar a palavra e saber realmente. Nós vemos que vários Distritos hoje no nosso Estado de Rondônia, nós temos exemplo lá da Ponta do Abunã, que às vezes as Prefeituras esquecem dos Distritos. Nós estivemos lá, a saúde quem faz é o Governo do Estado, em toda aquela região, através do Hospital de Extrema, inclusive, atende Nova Mamoré e Guajará-Mirim também aquele Hospital. O DER, nós tínhamos uma residência do DER lá, era o que dava manutenção nos Distritos e nas linhas, saiu a residência, as linhas estão todas deterioradas. Daí nós vemos a importância da emancipação aí em vários Distritos, às vezes as Prefeituras esquecem que nós temos alguns Distritos e atuam somente na cidade onde está instalado o poder. Então, criando esses novos municípios, vocês terão autonomia e poderão cobrar do Prefeito que vocês elegerem, da Câmara dos Vereadores as melhorias para vocês.

Vamos passar a palavra então ao senhor Aparecido Bispo, que é o Presidente da Comissão de Emancipação da Ponta do Abunã.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes, porém registrar a presença do Vereador Chapéu.

O SR. APARECIDO BISPO – Boa tarde a todos, para nós é uma grande satisfação estar aqui mais uma vez nesse trabalho, nesse evento emancipalista. Mas, antes gostaria de cumprimentar aqui a Mesa, senhor Laerte, o Vereador Denízio, o Presidente da Câmara Municipal de Nova Mamoré; também o

nosso amigo e parceiro nessa batalha o Dr. Elarrat, do IBGE; também cumprimentar aqui o Deputado Edson Martins, que está presidindo esta Audiência Pública, na pessoa aí do Deputado Maurão de Carvalho, o Deputado que é o Vice-Presidente da Casa, nós contávamos com a presença do Deputado Maurão de Carvalho, mas, em função de saúde, ele não pode estar. Mas, queremos também cumprimentar aqui o Deputado Neidson, proponente desta Audiência Pública, e também a Sua Excelência Senador Valdir Raupp, Relator desta Lei de Emancipação que nasceu no Senado Federal PLS 199/2015. Também cumprimentar o Vereador Anael, daqui do Distrito de Nova Dimensão, também o Vereador Chapéu, que é do Distrito de Jacinópolis, Distrito daqui de Nova Mamoré, também o Professor Yuri, do Distrito de Jacinópolis, em nome do meu amigo Gabriel, cumprimentar todos os senhores e senhoras que se fazem presentes. Em nossas ações do Movimento em Prol da Instalação do Município de Extrema de Rondônia, instituímos também, Senador, a Mesa, o Movimento Emancipa Rondônia, com qual objetivo? De fomentar a criação de novos municípios no Estado de Rondônia, para que isso chegasse a Câmara Federal, para que as nossas lideranças emancipalistas populares pudessem articular, somar força política para que a Câmara Federal, pudesse então sancionar, aprovar o PLP 137/2015 há três anos parado na Câmara dos Deputados. Foram várias viagens a Brasília dos nossos emancipalistas pelo País a fora, e nós sentimos a necessidade, da necessidade da importância de fomentar a articulação da emancipação do nosso Estado. Que entendemos que é preciso descentralizar o poder através das emancipações para buscar o desenvolvimento do nosso Estado, para possibilitar o desenvolvimento dos nossos Distritos na condição de município. Foi então, que nós chegamos até a Nova Dimensão através do Anael, convidando para participar de Audiência Pública em Extrema, dia 10 de março. O Denízio aceitou o desafio, o Vereador Chapéu aceitou o desafio, e nós promovemos Audiência Pública em Extrema, onde foi, onde nós insultamos, provocamos Assembleia Legislativa, para voltar a debater sobre a criação de novos municípios no Estado de Rondônia, porque nós precisamos de uma Lei Federal que regulamente o inciso IV do artigo 18 da Constituição Federal, para que devolva autonomia aos Estados Brasileiros, para que possam então legislar sobre o tema. A batalha, não é fácil, nós não estamos aqui vendendo ilusão, pode ser hoje, pode ser amanhã. Nós tínhamos como certo Senador, que nessa semana, no dia 5 ou 6, fosse então aprovado o PLP 137. Mas, infelizmente o relator Deputado Federal Gaguim, não suportou na nossa análise a pressão e o Fufuca, também como Presidente da Câmara de Deputados, na hora de se votar, retirou do plenário para votar o PLP 137, na hora da discussão, encerrou a discussão, recuaram. Usaram como pretexto o artigo 24, onde eu quero chamar aqui atenção e a responsabilidade e o compromisso dos nossos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do nosso Estado, bem como da Bancada Federal do Estado de Rondônia. Nós não podemos aceitar que seja suprimido o artigo 24 do PLP 137, onde trata dos plebiscitos já realizados e dos atos legislativos realizados aqui a época, que poderá trazer prejuízo enorme aos cofres públicos do nosso Estado. E também inviabilizar os outros Distritos que possam também pleitear os seus plebiscitos, porque vai, se aceitarmos dessa forma, nós já nos posicionamos quanto a Rondônia, lá mesmo em Brasília na semana passada, estaremos voltando novamente para cobrar da Bancada Federal do nosso Estado e das lideranças da câmara Federal, para não suprimir, reconsiderar o texto do artigo 24. Se caso for necessário como via de acordo, que seja então suprimido, Senador,

Deputado Federal Lúcio Mosquini, cabe a Vossa Excelência cobrar das lideranças da Câmara dos Deputados, fazer a parte de parlamentar federal representando o Estado de Rondônia, como a Deputada Marinha Raupp tem feito no requerimento de caráter de urgência para que fosse votado o PLP 137. Mas, para a nossa surpresa, não foi aprovado ainda, nós acreditamos que apenas os atos do legislativo à época, seja suprimido, que seja mantido a expressão *convalidado* o resultado das consultas plebiscitárias, se possível delimitar tempo, em 2010, que é o caso de Rondônia, Tarilândia e Extrema de Rondônia, foram feitas consultas plebiscitárias. Mas, nós damos graças a Deus, que nós temos lá no Congresso Nacional, caso a Câmara dos Deputados, faça mesmo alterações ao texto original, não foi esse o acordo com o Relator. Estivemos em todas as reuniões junto ao Relator e outras lideranças para que mantivesse o texto na Comissão de Análise, da Comissão pelo menos passou na Câmara de Deputados e o Relator acatou, aprovou o texto original como veio do Senado para que pudesse aprovar na Câmara dos Deputados sem empecilho algum, não foi isso que aconteceu no dia 06/06 em Brasília. Deve voltar para o Senado Federal nas mãos dos nossos Senadores, aí cabe a Vossa Excelência Senador Valdir Raupp analisar essa questão que nós acabamos de contar que nos traz uma preocupação. Para se realizar um plebiscito é gasto dinheiro público e nós não podemos aceitar jogar o nosso dinheiro público, nossos impostos que pagamos ao nosso Estado e geramos riquezas para o nosso País, assim como os outros Estados também que já conseguiram criar vários municípios por força de lei estadual e veio a Emenda 57/2008 e reconheceu, em 2009 foram criados mais 5 novos municípios, Senador, por força de lei estadual, por que aqui em Rondônia não pode? Por que tem que criar obstáculos para Rondônia criar seus municípios? Nós não podemos aceitar de forma alguma, é por esta razão que nós criamos o movimento Emancipa Rondônia e somos solidários a todos os Distritos de Rondônia que buscam sua emancipação, assim Nova Dimensão, Jacinópolis, Rio Branco, Três Coqueiros e também o 5º BEC e tantos outros Distritos e a nossa região Ponta do Abunã. Nós precisamos que essa lei seja regulamentada de fato. ADIN 382 mostra um recurso impetrado pelo Mato Grosso em 2007, isso que desmotivou a buscar pressão popular junto para sensibilizar os nossos Deputados Federais para que possam de fato regulamentar o inciso IV do artigo 18 da Constituição Federal, aprovando o PLP 137 mesmo que volte para o Senado seguirá para sanção do Presidente da República, o Senador Valdir Raupp poderá ratificar com maiores informações a respeito do assunto. Muito obrigado a todos, que Deus possa abençoar.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes do próximo Orador, queremos ratificar aqui o tempo de 05 minutos para cada Orador.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só quero antes de chamar o próximo Orador, quero cumprimentar aqui a nossa Polícia Militar presente e dizer que esta semana foi aprovado na Assembleia Legislativa, um projeto importante que trata sobre a carreira e sobre a estrutura da nossa valorosa Polícia Militar do Estado de Rondônia, então muito obrigado pela presença, e também o Jaconias aqui da rádio local. Concedo a palavra por 5 minutos ao Sr. Jorge Elarrat, representando o IBGE/Rondônia.

O SR. JORGE ALBERTO ELARRAT – Gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa na pessoa do nosso Deputado 1º

Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Edson Martins, e saudar os nossos munícipes aqui na pessoa do Aparecido Bispo. Nós do IBGE temos uma parcela significativa de importância nessa questão da criação dos municípios a partir do momento em que cabe ao Instituto a responsabilidade de gerir o espaço geográfico do País e opinar sobre questão de população em cada uma dessas divisões. Então, só para esclarecer a população, hoje, atualmente neste momento agora presente está em vigor ainda a Lei Complementar nº 01, de 09 de novembro de 67, que estabelece para o Estado de Rondônia, especificamente, uma população mínima de 8.500 habitantes para que se crie um município, porque é até mínimo 0,5% da população do Estado, então para o nosso caso aqui seria de 8.500, entrando essa nova legislação que está em vias de ser votada, aí cai em 6.00 habitantes para a criação de um município. A mesma coisa acontece com relação ao número de residências, cabe ao IBGE analisar sobre número de residências, a lei que está em vigor diz que tem que ter 200 residências, tem muito mais do que isso aqui, a nova lei diz que tem que ser a média dos 05 menores municípios de Rondônia, isso vai levar o número para 1.055 municípios, nós também temos mais do que isso aqui nessa região. Então do ponto de vista daquilo que o IBGE pode contribuir para esse processo a depender das regiões que vão ser delimitadas, mas, aquilo que está sendo apontado não haverá embaraço para que a gente consiga identificar da parte do IBGE as questões referentes à possibilidade de população para esse desmembramento. Existem outras questões que precisarão ser vistas, como a questão de riqueza que tem que ser vista com a SEFIN, questão referente a eleitorado que tem que ser vista com o Tribunal Regional Eleitoral, cada um deles em seu turno fazendo as suas responsabilidades. Eu aconselharia, Bispo, que a gente olhasse com carinho a questão da riqueza junto a SEFIN porque ali existem algumas questões que precisam ser vistas e a SEFIN nem sempre tem isso à mão, essa receita distribuída por Distritos, então acho bom a gente fazer uma aproximação lá. Eu andei fazendo aqui uns cálculos, eu tenho aqui os números, posso depois mostrar para você do que a gente identificou que deve ser a receita própria do município para a emancipação dele, não cabe isso ao IBGE, mas, a título de colaboração tomando os dados que a gente tem lá na casa eu fiz as continhas aqui daquilo que a SEFIN deve encontrar de receita para cá para o município. Então quero apenas registrar que do ponto de vista daquilo que o IBGE tem como responsabilidade direta nessa questão tanto faz a Lei Complementar 01, como a Lei PLC 137 que deverá entrar em vigor, em ambos os casos a nossa população da região que estamos trabalhando vai ser suficiente para fazer, lembrando apenas que com a nova PLC caso não haja a possibilidade de abertura do município nessas condições, o artigo 15 diz que 'só poderá ser feito nova consulta 12 anos depois'. Então é bom que a gente faça bons estudos, calce bem o que tem que ser feito para a gente não ter que esperar 12 anos para fazer uma nova tentativa de emancipação.

Então, a todos muito obrigado e o IBGE se coloca à disposição de todos daquilo que for necessário, não só disso aqui, mas de todas outras coisas. E por último quero agradecer a todos os moradores de Nova Mamoré pelo trabalho que vocês nos ajudaram a fazer durante censo agropecuário, em que nós percorremos as várias propriedades rurais coletando a produção agro e pecuária da nossa região. Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

O SR. DR. NEIDSON – Eu acredito que na hora dos cumprimentos eu não falei o nome do Laerte, perdão Laerte, ex-prefeito, um grande abraço, é um prazer que o senhor esteja aqui conosco.

Quero passar a palavra agora ao Exmº Sr. Vereador Professor Denízio Pereira, aqui de Nova Dimensão.

O SR. DENÍZIO PEREIRA – Boa tarde a todos e a todas. Em nome do Deputado Dr. Neidson eu cumprimento aqui toda Mesa, agradecer a presença de todos que foram convidados para estarem presentes, e primeiramente a gente fez um requerimento à Câmara pedindo audiência pública pela Câmara Municipal onde nossos colegas aprovaram 100% e a gente fez essa audiência pela Câmara, e também depois solicitamos do Deputado Dr. Neidson para que pudesse haver aqui em Nova Dimensão uma audiência pela Assembleia Legislativa para poder nos explicar mais, e aqui nesta audiência estamos vendo representantes da esfera federal, estadual e municipal e são eles que podem explicar certinho sobre essa PLP 137 corretamente para que a nossa população seja entendida e fique informada da situação dessa lei que tramita lá na Câmara Federal. Dizer que o Município de Nova Mamoré é um dos maiores municípios do Estado de Rondônia, primeiro Porto Velho e segundo Nova Mamoré. Nova Mamoré é a bacia leiteira do Estado, também em importe, segundo aí em segundo do gado de corte, e a gente vê que as nossas demandas são grandes, o maior gargalo que a gente tem aqui, um dos maiores problemas é o transporte escolar, um município tão grande e a gente vê que o poder público municipal não consegue atender toda nossa população, a gente vê que nas escolas municipais é um dos piores IDEB do Estado de Rondônia, a gente vê aqui que são mais de 2.500 quilômetros de estradas, é a população que constrói as pontes com pouca ajuda do poder público, e nenhum prefeito que entrar ali na prefeitura de Nova Mamoré, não consegue administrar esse município 100%, ou que seja pelo menos 50% porque é um município grande, e por isso que tinham que estar aqui fomentando essa reunião, essa audiência pública, por que não podemos dividir esse município? Ou que seja emancipar um distrito do nosso município? Por que não juntar com Jacinópolis, um Distrito também grande e poderemos ali juntar e fazer um dos maiores municípios ricos do Estado de Rondônia? A gente vê aí os dados do IBGE, a gente tem algumas informações que Nova Dimensão tem condições de andar sendo município, e aí a gente pede ajuda do nosso Deputado Federal Lúcio Mosquini que está lá na Câmara Federal lutando, batalhando, do Senador Valdir Raupp que está no Senado para nos ajudar, para podermos nos emancipar, podermos dividir esse município tão grande para que o poder público possa chegar mais perto da população. Porque não adianta sermos um município rico, mas, que o poder público é distante do povo, e a gente como Vereador, que é vereador atuante que anda Nova Mamoré inteiro, a gente vê a dificuldade da população e é por isso que eu junto com meu companheiro Vereador Anael já fomos até o Estado, até Brasília pedindo ajuda dos nossos políticos, do poder público que possa vir ajudar a nossa população. Senhoras e Senhores, muito obrigado pela presença de vocês, obrigado Deputado Dr. Neidson, obrigado Senador Valdir Raupp, Deputado Lúcio Mosquini, Deputado Edson Martins, todos os vereadores aqui, o Célio, o Chapéu que representa Jacinópolis, Irmão Ide que representa aqui Palmeiras que vem nos ajudar, e toda a população, dizer que a gente está na luta, na batalha, mas nós precisamos verdadeiramente da ajuda de vocês que estão lá na esfera federal e na estadual para que nós possamos ver a nossa população mais atendida.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero passar a palavra agora para o Vereador Anael, também por 5 minutos. Quero fazer o registro que o Deputado Lebrão que gostaria de estar aqui conosco também, estava programado para vim, houve um imprevisto e o Deputado Lebrão pediu que transmitisse um abraço a toda população de Nova Dimensão e não foi possível ele estar aqui. Com a palavra o Vereador Anael.

O SR. ANAEL NOGUEIRA – Quero aqui em nome dos que estão presentes, em nome da família do que em vida chamou João Cotia, um dos fundadores da nossa região, um momento de silêncio à honra e à família do Sr. João. (1 minuto de silêncio).

Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, componente da Mesa, quero agradecer a sua presença; em nome do Exmº Sr. Senador Valdir Raupp quero cumprimentar a todos que estão presentes; em nome do Deputado Edson Martins quero cumprimentar a todos da Assembleia Legislativa de Porto Velho que se fazem presentes num grande trabalho conosco; quero aqui agradecer também a presença do ex-prefeito Laerte Queiroz, que está presente; quero aqui agradecer também o meu amigo companheiro Vereador Professor Denízio; quero também agradecer a presença do Chapéu que representa o Distrito de Jacinópolis que esta aqui com a sua comissão presente, muito obrigado Vereador; quero aqui agradecer também o Vereador Irmão Ide que representa o Distrito Palmeiras, muito obrigado Vereador Irmão Ide; quero aqui também agradecer o Vereador Célio Brito, de Nova Mamoré; Presidente da Câmara, Altamir; quero aqui também agradecer a presença do Bispo da Comissão Emancipalista do Estado de Rondônia, do Brasil, é um grande representante lá em Brasília, é um guerreiro, nós sabemos disso; quero aqui também agradecer e precisamos, Deputado Federal Lúcio Mosquini, nós precisamos do seu apoio, agradeço pela presença, o senhor estava em Brasília, nos falamos também; Senador Valdir Raupp também já agradeço pelo trabalho que tem feito por Nova Mamoré, por Rondônia; quero aqui também agradecer o meu companheiro Sr. Jorge Alberto, do IBGE, que representa os dados de documentos mais importantes da emancipação dos Distritos, esse é o órgão de mais responsabilidade que nós conhecemos até no presente momento sobre a emancipação, desde já agradeço senhores e senhoras. É um trabalho que nós fazemos junto com essa equipe, primeiro trabalho foi da Câmara de Vereadores de Nova Mamoré, precisamos da presença aqui hoje estamos realizando se Deus quiser da Assembleia Legislativa de Porto Velho junto com essas autoridades que vai documentar o nosso Distrito e está nos ajudando. Quero agradecer quando nós chegamos à Assembleia Legislativa, nós somos bem recebidos, gente, então quero agradecer aos senhores Deputados, a comissão, os trabalhadores que se encontram também da Assembleia, obrigado por nos atender tão bem assim, e vamos deixar a explicação o que é a emancipação que tem várias autoridades mais profundas nesse relato que vai ser dito aqui. Então muito obrigado a todos e agradeço pela presença de vocês.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Saudar aqui também a senhora Salete Queiroz, esposa do senhor Laerte Queiroz, ex-prefeito de Nova Mamoré.

O SR. DR. NEIDSON – Só uma pergunta, o Amarildo, de Burity, está presente? Saiu. Então vamos convidar agora para fazer uso da palavra o Exmº Sr. Vereador Altamir Fochesatto, Presidente da Câmara de Nova Mamoré.

O SR. ALTAMIR FOCHESTATTO – Boa tarde a toda população que está aqui presente, como diz aqui o pessoal já fez o agradecimento a todos componentes da Mesa aqui, então em nome do componente dessa audiência aqui o Sr. Deputado Edson Martins e Deputado Dr. Neidson quero cumprimentar os demais componentes desta Mesa. Agradecer de coração já a todos que estão aqui presentes lutando para esse Distrito emancipar, é o que os Vereadores já falaram aí que a primeira audiência foi feita através dos Vereadores aqui de Nova Mamoré, aí chegaram à Câmara foi o apoio total, demos o meu apoio para que fosse feito a audiência e depois os Deputados que engajaram nessa situação de emancipar este distrito aqui, que o nosso município é grande, é distante, então é muito difícil às vezes para o Prefeito tomar conta de toda essa extensão. Estava falando aqui agorinha com o nosso Senador Valdir Raupp e ele perguntando: quantos quilômetros daqui até Nova Mamoré? 60. É longe e a estrada é chão. E já no mesmo momento eu estava cobrando: “e a nossa BR aqui que foi prometido no palanque que seria asfaltada?”. E nem projeto tem, não é Senador? Se Deus quiser. Então isso é uma cobrança que a gente já vai fazer desde já, não adianta emancipar aqui e não tem estrada para tirar a nossa produtividade do nosso município aqui, nosso rebanho de gado é grande, a bacia leiteira aqui é uma das primeiras da região, o senhor já sabe, e segundo em rebanho de gado de corte, e temos outras plantações aqui, tem o nosso ex-prefeito Laerte Queiroz que está investindo e outros empresários na plantação de arroz, de soja e nós precisamos de estrada para escoar, a gente briga, briga para isso aqui virar um município, mas tem que brigar lá em cima com os nossos Deputados, governo e os nossos Senadores, Deputado Federal Lúcio Mosquini aí para também ter uma estrada para podermos andar e escoar nossos alimentos. Então eu estou aqui apoiando essa emancipação, porque sou de Nova Mamoré, eu não vou apoiar meus colegas nobres vereadores? Eu quero que isso aqui também se emancipe, vire um município, quem sabe tenha mais recursos para esse povo aqui, essa população de Nova Dimensão. Queria agradecer a presença de todos os Vereadores que estão aqui, o Vereador Célio Brito, o irmão Ide; Chapéu, que é do Distrito de Jacinópolis, quero agradecer a presença da PM aqui e deixar para quem entende mais aqui da lei de emancipação. Muito obrigado e boa tarde a todos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero convidar para fazer uso da palavra o Deputado Federal Lúcio Mosquini.

O SR. LÚCIO MOSQUINI – Quero cumprimentar a todos de Nova Mamoré, Nova Dimensão, Jacinópolis, cumprimento muito especial aqui ao Deputado Edson Martins e ao Deputado Dr. Neidson, são pessoas extremamente importantes nesse processo, são Parlamentares que têm defendido esta causa e eu sou muito grato, Deputado Edson, pelo convite que Vossa Excelência me fez; quero fazer um cumprimento aqui ao Senador Valdir Raupp que criou acho que mais da metade dos municípios de Rondônia, se duvidar, foi assinado pelo Senador Raupp, eu ando muito com o Senador Raupp em Rondônia, eu fui Diretor do DER e desde aquela época já andava muito com o Senador Raupp, aí chega num município ele fala: “esse município aqui fui eu que criei”. Chega ao outro: “fui eu que criei”. Ele tem um monte de filhos esparramados aí por Rondônia toda, quem sabe não vai ter uma criança aqui também como o novo Município de Nova Dimensão. Então com essa fala quero cumprimentar o Senador Raupp, cumprimentar aqui a Mesa rapidamente, o Vereador Altamir, Vereador Anael, Vereador

Denízio, o Elarrat que está aqui, o Bispo, e de maneira assim carinhosa o Leno que está aqui, que é meu amigo, que é um grande empresário aqui de Nova Dimensão, o Leno é uma referência de Nova Dimensão fora de Nova Dimensão, então meus cumprimentos a você, e ao Laerte, essa palavra de ex é uma palavra assim que ninguém gosta muito de estar falando, ex daqui, ex dali, mas, o Laerte é um belíssimo ex, ex-prefeito de Nova Mamoré, uma pessoa que goza de todo prestígio, uma pessoa que tem um caráter ilibado, uma pessoa que goza da nossa admiração, e eu com essas palavras, Laerte, eu quero te cumprimentar e dizer da nossa admiração. Olha, eu sou Deputado federal, trabalhei muito aqui em Nova Dimensão tanto na Linha D quanto na Estrada Parque e a gente tem que aproveitar os momentos que tem na vida. O camarada quer namorar uma moça, Deputado Edson, e ele fica olhando, olhando, a hora que ela está sozinha, ele encosta e se ele ficar com vergonha de ir lá falar com ela, às vezes outro a chama e acaba casando e vai embora. Então nós não podemos perder a oportunidade na vida e é verdade. Nós tivemos uma oportunidade impar aqui, quando teve a cheia em Guajará-Mirim e Nova Mamoré, naquela época, o Distrito de Nova Dimensão, Nova Mamoré e Guajará ficou isolado e o Senador Valdir Raupp, na época sensibilizou a Presidente Dilma e ela veio aqui conosco e nós sobrevoamos toda essa região para mostrar para a Presidente Dilma a situação da cheia, da inundação, não tinha nada a ver com estrada e nós junto com o Deputado Edson Martins numa discussão, eu era Diretor do DER, o que nós vamos fazer? Vamos abrir essa Estrada Parque. Mas, que diacho de Estrada Parque é essa? As pessoas, às vezes, Senador, pensavam que tinha um parquinho lá, não era isso. Eu estive junto com o Laerte e o Deputado Edson Martins, talvez tenha mais alguns aqui que estavam, nós saímos aqui, Senador Raupp, a pé, ali da Reserva e saímos lá no Distrito de Jacinópolis, entramos aqui 9 horas da manhã, chegamos lá 6 horas da tarde. E o Laerte que é muito mais corajoso que todos nós, depois de 6 horas da tarde voltou à noite, sozinho a pé, chegou aqui 2 horas da manhã. Mas, nós conhecemos a realidade e naquela época nós colocamos todo maquinário do DER e conseguimos abrir a Estrada Parque. Quando a gente estava abrindo, veio uma liminar da justiça e mandou parar, Justiça Federal. E aí o Senador Raupp trouxe a Presidente Dilma e lá no STF, nos ganhamos uma liminar para abrir a Estrada e a Estrada está aí aberta até hoje. Porque eu estou falando isso? Na época que eu era Diretor do DER, acho que eu vim aqui, Deputado Neidson, acho que umas dez vezes nessa Estrada. Mas, ela está aí, Deputado Edson, está aberta e a história de Nova Dimensão e de Jacinópolis mudou com essa Estrada, mas aproveitou a oportunidade daquela cheia e agora nós temos lá na Câmara para votar o PL 137. Esse PL, ele só dá autorização para os Estados criarem novos municípios. Eu como deputado federal não posso ser omissivo e falar qualquer coisa enganosa, depois nós vamos sair daqui e alguém vai falar assim: “O Senador Raupp e o Deputado Lúcio vieram aqui junto com o Deputado Neidson e o Deputado Edson e falou que vai criar o município de Nova Dimensão”. Esse PL estava em pauta agora na quarta-feira e o Bispo estava lá acompanhando viu a minha atuação, inclusive, eu orientei a bancada nossa até na TV Câmara muita gente acompanhou, nós votamos a favor do PL, só que o Relator que é o Carlos Gaguim, que é um colega amigo meu, que inclusive, coloquei o Deputado Edson Martins para falar com ele, nós fizemos um apanhado geral assim e viu que não tinha número suficiente para a gente ganhar, já era em torno de 10 horas da noite, não é Bispo, mais ou menos; e a gente resolveu tirar de pauta para não perder, porque se per-

der, só pode entrar em pauta no outro ano. Então nós fizemos um consenso ali e retiramos o projeto de pauta e colocamos para a próxima terça-feira. Eu vou pegar o avião aqui na madrugada, às 2 horas da manhã, para eu estar lá para cuidar disso. Deputado Lúcio Mosquini vai aprovar? Eu não sei. Hoje tem a grande maioria querendo que aprove; mas nós temos muita gente contra. Porque é contra? Por que eles pensam até que vai criar mais despesa e hoje você não pode falar em ter cargo de vereador, de prefeito e deputado. Então a primeira coisa que as pessoas criticam, Elarrat: “é porque vai ter mais tantos vereadores”; mas, isso não vai mudar nada o orçamento financeiro do município. As pessoas que criticam, e eu sou autor de uma emenda deste PL para excluir município, para acabar com os municípios. Por exemplo, nós temos a Serra da Saudade, em Minas Gerais, lá tem 7 vereadores e 1 prefeito e tem 800 habitantes, só quinhentas e poucas pessoas que votam em Serra da Saudade. Em Borá, em São Paulo que é um pequeno município tem 814 habitantes. Araguaína, no Mato Grosso; não é aquela Araguaína em Tocantins não; Araguaína, no Mato Grosso tem 1.024 habitantes. Então, as pessoas falam assim: “porque que vai criar um novo município?”. Eu sou o autor pela fusão desses municípios. O Carlos Gaguim não aceitou a minha emenda, porque senão espera e tem que voltar para o Senado e nós estamos numa oportunidade impar agora de aprovar, porque depois que a Câmara aprovar, ele vai para a Presidência da República sancionar. Está aqui o Senador Raupp que é do MDB junto comigo e o Presidente Michel Temer tem uma oportunidade agora de sancionar, porque ele não é candidato, ele não está preocupado necessariamente com a eleição, ele está fazendo o que tem que fazer. Um dia ele falou para mim, para toda bancada, falou: “olha, eu não sou candidato, então eu estou tomando as medidas que têm que tomar; independente de ser popular ou impopular”. E por incrível que pareça, esse PL, é uma medida impopular. Sabe quantos distritos tem para criar em São Paulo, virar município? Nenhum. Lá em Minas Gerais, nenhum. No Rio Grande do Sul, nenhum. Então eles não estão preocupados. Quem tem isso é o Amazonas, tem município no Amazonas que está distante da sede 1.000 quilômetros; tem distrito que está distante da sede 1.000 quilômetros; o Pará tem interesse, o Acre tem interesse, Mato Grosso, Rondônia. Então para ser sincero, Deputado Neidson, Deputado Edson Martins, nós somos lá numa pequena minoria lutadora em cima deste PL aqui. Eu quero destacar também o trabalho da minha colega Marinha Raupp que também defende essa causa, está brigando e quase que toda bancada de Rondônia defende. Então, eu queria trazer a minha fala aqui para vocês como verdade. Terça-feira o projeto vai entrar em pauta de novo, tem muita chance de ser aprovado e se for aprovado vai criar o município? Não. Vai dá autorização para que a Assembleia Legislativa possa fazer um PL, um projeto de lei e aí sim quem pode criar o município é a Assembleia, ela pode criar. Tem uma série de critérios que todo mundo já falou aqui que tem que ter 6.000 mil habitantes, 20% da população tem que fazer isso, fazer o estudo, mas, isso aí tudo a gente supera. Lá em Brasília o que nós vamos fazer é só dá autorização através desta lei para que a Assembleia Legislativa tome posição, mas quem define não são os Deputados estaduais, quem vai tomar a decisão de acordo com esse PL nosso lá em Brasília, são vocês, é o povo. Esses 20% que o Deputado Dr. Neidson falou é só para abrir o processo, Senador Raupp, é só para abrir o processo e depois tem o plebiscito. E quem decide o plebiscito? Toda região vai ser consultada. Então, nós estamos dando uma parcela de contribuição. Como todos já viram o meu voto, eu defendo, sustentei na tribuna a minha posição

apesar de ter críticos dentro de Rondônia, mas, sustentei e vou continuar sustentando. Eu tenho o compromisso com o povo de Rondônia que quer criar os seus municípios. “Ah! Mas vai ser ruim!”. Quem tem que analisar é o povo, não necessariamente os Deputados têm que tomar a decisão. O Deputado Edson Martins e o Deputado Neidson que naturalmente devem liderar esse processo aqui em Rondônia, eles só vão começar, eles vão coletar aqui, o Deputado Neidson já falou que está tendo um abaixo-assinado, viu Senador Raupp, já tem o abaixo-assinado aqui e esse abaixo-assinado vai dá o início lá na Assembleia para eles promoverem o plebiscito, tomou a decisão, a grande maioria quer, aí eles vão abrir um PL, um projeto de lei e nesse projeto de lei que vai ser discutido todo o cenário. Mas, eu aqui declaro mais uma vez que sou favorável a criação do município de Nova Dimensão, pela força econômica que tem, pela pujança do agronegócio aqui e pela possibilidade de juntar aqui Jacinópolis e os demais distritos. Não tem cabimento o Prefeito de Nova Mamoré ficar cuidando de uma estrada lá em Jacinópolis, perto de Buritis. Então essa é uma oportunidade e nós precisamos aproveitar. Eu na condição de deputado federal declaro aqui, Deputado Edson Martins, Deputado Dr. Neidson, podem contar com o meu apoio que eu sou favorável e a grande maioria da nossa bancada, somos favoráveis, eu tenho recebido algumas críticas porque eu disse o seguinte: poucos distritos de Rondônia têm condições de ser municípios, Extrema, na Ponta do Abunã é um que tem condição, Nova Dimensão tem condições e lá em Tarilândia tem condições. Em Tarilândia tem 8.000 habitantes, um distrito, 8.000 habitantes, eu falei que os demais talvez dificilmente conseguiriam, mas, agora todos os distritos de 1.000 moradores, Deputado Neidson, quer ser município e não é assim. Então deixo aqui meu compromisso e quero incentivar Vossa Excelência a brigar pela emancipação de Nova Dimensão. A hora que Vossa Excelência sair daqui, Senador Raupp, vocês vão chegar ali, “estavam lá o Deputado Lúcio Mosquini, Senador Raupp, os vereadores, o Deputado Edson, dizendo que vai criar isso, isso não vai virar nada”. Eles vão falar bem assim. Meu irmão pode não virar nada, mas, você está aqui lutando e defendendo uma causa justa, que você acredita, que é a criação do município de Nova Dimensão. Então para você que defende essa ideia, junto comigo e junto com os demais, meus parabéns a vocês. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON – E só também complementando a lei que nós temos, que se for realmente aprovada a PL 137, se forem desmembrados os distritos de Nova Dimensão, Palmeiras e Jacinópolis, ele tem que ter a população mínima de 6.000 e Nova Mamoré também tem que ter, continuar com pelo menos 6.000 habitantes, senão também se torna nulo. Mas, agora quero passar a palavra ao Senador Valdir Raupp de Matos.

O SR. VALDIR RAUPP – Cumprimentar o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Deputado Edson Martins, que representa aqui o Presidente Maurão de Carvalho, nós almoçamos hoje com ele, estava com muita vontade de vir aqui, mas fez uma cirurgia semana passada e andar de carro, de avião nesse tempo aqui é um pouco difícil para quem fez uma cirurgia semana passada. Pediu para que eu mandasse um abraço, já transmitido aqui pelo Deputado Edson, pelo Deputado Dr. Neidson, autor também dessa proposição de emancipação aqui de Nova Dimensão. Cumprimentar o Presidente da Câmara Altamir Fochesatto; o Vereador Anael Nogueira, vereador Denizio Pereira; cumprimentar o nosso colega de Congresso Nacional, Lúcio Mosquini, Deputado Lúcio

Mosquini; Jorge Alberto Elarrat, analista do IBGE, que é muito importante nesse processo; Sr. Aparecido Bispo, Presidente da Comissão de Emancipação de Extrema e com experiência vasta para poder fornecer para vocês aqui essa experiência para criar a Comissão de Emancipação, é obrigatório, tem que ter a Comissão de Emancipação aqui de Nova Dimensão; cumprimentar o ex-prefeito Laerte Queiroz, o vereador Chapéu, de Jacinópolis; o Irmão Idi, de Palmeiras; o Célio Brito, lá de Nova Mamoré e também cumprimentar o Leno, nosso amigo empresário aqui de Nova Dimensão e Nova Mamoré. Cumprimentar todas as senhoras e os senhores, dizer da nossa satisfação de estar aqui nesse momento e olha que esse é um momento histórico, isso vai ficar na história, porque um dia Nova Dimensão vai ser município, eu tenho, talvez de todos que estão aqui nesta Mesa, como já foi dito pelo Deputado Lúcio, quem tem mais experiência até pela idade, quem tem mais experiência em emancipação política de municípios. Eu fui vereador há 35 anos, há exatamente, Deputado Dr. Neidson, há 35 anos eu era vereador em Cacoal, mas, eu representava o Distrito de Rolim de Moura. Muitos daqui sabem. Quem morou naquela região? Alguém daqui morou lá? O Bispo morou lá, o Laerte morou lá, talvez alguns votaram em mim para vereador em 82, há exatamente 35 anos, eu fui o vereador mais votado de Cacoal, mas sabem onde eu morava? Eu morava no Distrito de Rolim de Moura. Eu tinha o meu comércio, tinha três ramos de comércio no Distrito de Rolim de Moura, que tinha aproximadamente, quando ele se emancipou, já vou contar a história da emancipação, ele tinha aproximadamente 12.000 habitantes, quando Rolim de Moura se emancipou. Então fui vereador apenas 2 anos. Naquele mandato, Bispo, era de 6 anos, aquele mandato era para coincidir com outras eleições e foi, talvez, um dos poucos mandatos de prefeitos e vereadores de 6 anos e eu fiquei apenas dois anos na Câmara de Cacoal, saí para disputar a prefeitura em Rolim de Moura, porque Rolim de Moura se emancipou; mas, como vereador, tinha 4 vereadores no Distrito, tinha eu, o Roque Mazuqueli, que depois foi meu vice-prefeito na eleição, também ficou vereador só 2 anos em Cacoal, que era um produtor rural, um agricultor; o José Ari, que era um cerealista, tinha uma máquina de café lá e cereais e o Danilo, que era um professor de Educação Física, da Educação do Distrito de Rolim de Moura. Então, nós elegemos em 4 vereadores para aquele mandato de 6 anos. Mas, logo em seguida veio a emancipação de Rolim e era uma febre naquela época, os Distritos, como hoje, talvez um pouco até mais calmo do que naquela época. Naquela época tinha uma ansiedade muito mais forte de ficar independente e de se emancipar. Então, Rolim de Moura logo foi emancipado 2 anos depois e eu tive o privilégio de ter sido o prefeito, o primeiro prefeito eleito de Rolim de Moura, tinham 6 candidatos a prefeito, eu acabei fazendo mais votos do que os outros 5 e me elegi prefeito. E não adianta ter pressa aqueles distritos menores de um município que vai se emancipar e aqui eu falo com muito respeito, porque eu adoro Jacinópolis, assim como adoro Vista Alegre do Abunã e Nova Califórnia, mas, não adianta querer ter pressa para querer se emancipar junto agora com os maiores, porque vão acabar não conseguindo. Então, é melhor emancipar Extrema e depois emancipar, lá na frente emancipar Nova Califórnia, emancipar Vista Alegre, emancipar Nova Dimensão e depois emancipar Jacinópolis, porque Rolim de Moura quando emancipou, tinha 3 distritos, Santa Luzia, Novo Horizonte e Castanheiras. Quando eu fui eleito prefeito em Rolim, quando se emancipou Cacoal, eu fiquei com 3 distritos, aliás, com 4, perdão, com 4: Santa Luzia, Novo Horizonte, Castanheiras e Nova Estrela e hoje só

resta Nova Estrela. No meu primeiro mandato, e eu fui prefeito 2 vezes, e no primeiro mandato, no final do primeiro mandato, emanciparam-se os 3 Distritos, antes de terminar o primeiro mandato, emancipou Santa Luzia, emancipou Novo Horizonte, emancipou Castanheiras. Viu como era fácil criar município naquela época. Então do meu município que era Distrito de Cacoal, Rolim de Moura, saíram em 4 anos mais 3 cidades, todas municípios há mais de 20 anos. Há mais de 20 não, há quase 30 anos já são municípios também e por aí foi. Quando eu cheguei à Rondônia, só tinha 2 municípios, há 40 anos, nós só tínhamos Porto Velho e Guajará-Mirim. E logo em seguida, naquele ano, um ano depois quando eu cheguei à Rondônia, criaram-se mais 11. Nós fomos para 13. Aí criou Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Cacoal, Presidente Médici, Vilhena, Costa Marques, os municípios mais antigos, foi para 13, aí foi aumentando. Em 20 anos nós passamos de 2 municípios para 52. Aí vou chegar, quando o Deputado Lúcio falou, para abreviar um pouco, quando eu fui Governador, foi à última leva de municípios criados e se não tivesse criado naquele momento, estava até hoje sem ser criado, porque depois teve aquela barreira em nível nacional que faz 19 anos para 20 anos que não se cria mais um município no Brasil. Aqueles que criaram porque tinham um plebiscito já em andamento, acho que aqueles 9 lá que o Bispo falou, mas, faz 20 anos praticamente que não se cria mais municípios no Brasil. E se não tivesse criado naquela época que eu fui Governador, 11, eu acompanhei, Deputado Lúcio, talvez a metade mesmo, ajudei Rolim de Moura, ajudei Santa Luzia, ajudei Novo Horizonte, ajudei Castanheiras, ajudei Alta Floresta, ajudei Alto Alegre a emancipar, ajudei tantos outros, Nova Brasilândia e tantos outros, então no total, eu acho que ajudei a emancipar, quando eu fui governador, 11; mas, antes disso, talvez eu ajudei mais outros tanto desses, talvez 20, 30 municípios a se emanciparem também, eu acabei ajudando. Então, de forma que se não tivesse sido criado nenhum município naquela época, hoje Burity não seria município, vocês podem imaginar Burity hoje sendo distrito de Porto Velho? Será que estaria da forma que está? O povo reclama, o povo reclama muito, reclama de energia, nós vamos para lá daqui a pouquinho falar sobre energia, sobre linha de transmissão que já está para ser contratada, já está em licitação de Ariquemes a Burity uma linha, um linhão de transmissão de energia elétrica no valor aproximadamente de 200 milhões de reais, o dinheiro já está assegurado. Mas, o povo reclama de energia, reclama de água, reclama de asfalto na cidade, reclama de estrada, reclama de escolas, reclama de saúde; mas, lá tem hospital, em Burity tem hospital, em Burity tem vários colégios, eu mesmo construí um colégio modelo com quadra coberta e tudo, quando eu fui Governador, de 10 salas de aula e depois foram construídos mais alguns colégios lá; lá tem asfalto, lá tem avenidas todas asfaltadas, com asfalto usinado, tem bairros todo bloqueteados, com bloquetes, tem energia em praticamente em toda cidade, na área rural, quando eu era Governador nós expandimos rede de energia rural em Burity, bastante forte com o Dr. Lenzi que era Diretor da CERON na época. Então, Burity tem bastante, tem asfalto, tem energia, tem escolas, tem hospital, tem muita coisa, mas, ainda não é suficiente, é claro que não é. Quantos mil habitantes tem Burity hoje, Deputado Lúcio, 30, 40? 45.000 habitantes tem o município de Burity. Rolim de Moura hoje tem 58.000 habitantes, Rolim de Moura está do tamanho de Jaru, a diferença de 1.000 habitantes de Jaru. Então, todas essas cidades foram distritos no passado, aliás, como eu já disse, Porto Velho e Guajará-Mirim são mais antigos, o resto eram todos distritos. Então dizer que não pode depois de 20 anos, não pode

se emancipar mais um distrito, eu acho uma besteira, eu vi quando o Deputado Lúcio, a Deputada Marinha, todo mundo lá, colocaram, votaram naquele requerimento de urgência para aprovar o PLC lá na Câmara, um rapaz lá de Pernambuco, gravou um vídeo esculhambando, mais esculhambando, acho que de Recife, esculhambando com os Parlamentares que tinham votado aquele requerimento de urgência, disse que não precisa emancipar mais município no Brasil, que aquilo era uma bobagem, num momento de crise, que era uma bobagem o que os Parlamentares estavam fazendo. Aí eu falei, até gravei um vídeozinho e espalhei, é porque ele nunca morou em Extrema, nunca morou em Nova Dimensão, nunca morou em Rolim de Moura quando era distrito, na poeira, que não tinha asfalto para chegar à cidade, não tinha um palmo de asfalto na cidade, nem energia. Quando eu cheguei a Rolim, não tinha água, não tinha energia, não tinha asfalto, não tinha nada. Então, se ele tivesse morado em um distrito há 20, 30 anos e depois tivesse visto esse distrito sendo transformado em município, como Nova Mamoré, que era distrito de Guajará-Mirim, não é prefeito Laerte? Ele nãoalaria aquela bobagem que ele falou. Então, só quem não conhece a realidade da Amazônia, quem não conhece a realidade de Rondônia quem não conhece a realidade de um distrito, antes de ser município ou mesmo agora que ainda não foi transformado em município para falar uma bobagem dizer que não pode se criar municípios no Brasil. Eu acho que pode e deve. É única maneira dessas vilas, desses distritos, criar estrutura, ter a sua prefeitura, por mais humilde que seja, ter a sua Câmara de Vereadores, ter a sua educação, a sua saúde, por mais mal que sejam geridas, por mais mal que possam ser administradas, os municípios ainda são melhores do que os distritos. Por mais dificuldades que se passe num município novo, em um município recém-criado, é muito melhor, com todo respeito às sedes de municípios, como eu já fui prefeito de uma sede de um município, que depois virou..., de um distrito que depois virou município, de vários distritos que depois viraram municípios também, então é muito melhor viver, talvez num município pobre do que ser distrito de um município rico. Olha só, é melhor viver num município pobre do que num distrito de um município rico. Então a emancipação, por isso que eu defendo e vou continuar defendendo, não tenho medo nenhum, não tenho medo e o município de Extrema já teve até o plebiscito, em que ano foi Bispo? 2010. Em 2010, Extrema teve um plebiscito autorizado pelo TSE, pelo TRE e pelo TSE. Então, Deputado Lúcio, se passar essa lei lá na Câmara e o Presidente Temer não vetar, há possibilidade de fazer eleição ainda esse ano em Extrema, aqui talvez seja um pouco difícil, mas, Extrema e Tarilândia, se validar os plebiscitos que já foram feitos, poderá ter eleição ainda em outubro desse ano, se tudo andar rápido. Chupinguaia foi emancipada na época do meu Governo e no primeiro plebiscito não passou; aí a Comissão alegou e a Assembleia que tinha caído uma ponte, era no período das águas e fizeram outro plebiscito logo em seguida, que acabou passando. Tarilândia teve na época, que podia passar a município, teve um plebiscito e aí o prefeito era do PT, de Jarú, trabalhou contra, acabou não passando, não sendo emancipado Tarilândia, perdeu. Tarilândia até hoje, faz 20 anos que Tarilândia podia ter sido município, não é, até hoje é distrito, agora pode sair, já tem plebiscito também, mas não pode por causa da lei maior, que é a Lei do Congresso Nacional.

Então eu vou encerrar aqui a minha fala me colocando inteiramente à disposição do Distrito de Nova Dimensão, e, repito, quem tiver aqui ou quem depois ficar sabendo ali de Jacinópolis não tenham pressa, deixem passar, já falei com o

pessoal de Nova Califórnia e Vista Alegre, deixe passar Extrema e depois brigue pela Emancipação dos outros Distritos; deixem passa Nova Dimensão que tem mais condições de passar com Jacinópolis junto e depois lá na frente, 3, 4, 5 anos depois então brigue para emancipar o Distrito de Jacinópolis.

Essa é a minha orientação, me coloco aqui à disposição da Assembleia Legislativa, parabênzico aqui o Deputado Dr. Neidson, o Deputado Edson Martins, o Deputado Maurão, também todos os Deputados Estaduais pela coragem que tiveram de ter essa iniciativa, primeiro a Câmara de Vereadores, com Vereadores daqui lá da sede do município também trabalhando aqui para ajudar Nova Dimensão, tem que ter coragem e essa Sessão aqui, porque não é uma reunião comum, normal, é uma Sessão da Assembleia, é uma Audiência Pública da Assembleia Legislativa que tem a presença de um Deputado Federal, tem a presença de um Senador da República, tem a presença de várias autoridades aqui é uma reunião, é uma Sessão para ficar na história desta localidade, vocês não tenham dúvida. Está reunião de hoje aqui, pela experiência que eu tenho de 35 anos de vida pública, de mandato, essa reunião vai ficar na história desta localidade, pode ser até que demore um pouco, vamos trabalhar para que aconteça rápida a sua emancipação, mas, essa Sessão de hoje aqui é um passo importante na vida desta localidade. Fiquem com Deus e até a próxima se Deus nos permitir. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado Senador Valdir Raupp.

O Senador Valdir Raupp e o Deputado Lúcio vão sair e o Ex-Prefeito Laerte. Laerte, você quer cumprimentar o pessoal? Cumprimenta Laerte.

O Laerte vai cumprimentar o pessoal.

O SR. LAERTE QUEIROZ – Boa tarde a todos! Eu quero aqui cumprimentar a todos que compareceram nesse ato importante esta Audiência Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; cumprimentar o Senador Valdir Raupp; o Deputado Edson Martins, que é o Presidente hoje desta Audiência Pública, Deputado Dr. Neidson, Deputado Lúcio Mosquini, o Deputado padrinho de Nova Mamoré, o Deputado que tem ajudado muito, eu quero aqui aproveitar, Deputado, esta oportunidade e agradecer por tudo que Vossa Excelência fez por Nova Mamoré desde aquela época da enchente de 2014 a Estrada Parque, aquela estrada que o senhor mesmo já contou aqui, e, Nova Mamoré deve muito para Vossa Excelência e o Senador Valdir Raupp também não temos nem o que dizer, o Senador Valdir Raupp, eu acho que Rondônia não seria a mesma se o senhor não fosse Senador da República pela importância, por tudo o que o senhor tem feito pelo Estado de Rondônia e por Nova Mamoré. Em 2014 também o senhor, a sua esposa, Deputada Marinha Raupp, que se preocupou, estava quase que semanalmente em Nova Mamoré acompanhando naquela época a enchente e dando atenção, dando assistência à população de Nova Mamoré.

Eu como Prefeito naquela época, eu só tenho a agradecer. O Deputado Edson Martins também foi um Deputado que nos ajudou muito quando eu era Prefeito, foi o Deputado Estadual que mais mandou Emenda para Nova Mamoré. Então, eu quero aqui muito agradecer a Vossa Excelência também pela parceria que tem feito com Nova Mamoré.

Deputado Dr. Neidson também que é o Deputado representante aqui da nossa região, eu agradeço, que também nos ajudou quando eu era Prefeito investindo, mandando Emenda

para Nova Mamoré. Então, aqui estão as pessoas que realmente tem lembrado do Município de Nova Mamoré.

Em especial eu quero agradecer ao Senador Valdir Raupp por tudo que ele fez já aqui por Nova Mamoré e a Deputada Marinha Raupp também. E quero também dizer que graças a Deus, felizmente, nós vamos poder na próxima eleição votar em dois Senadores, porque eu também devo muito ao Ex-Governador Confúcio Moura, também que é agora candidato ao Senado e nós vamos, graças a Deus poder dar dois votos, não é Deputado? Então, isso é muito importante.

Eram essas as minhas palavras, eu só queria mesmo agradecer, parabenizar a iniciativa da Câmara de Vereadores, porque Nova Dimensão com certeza merece passar a ser município. Então, merece passar a ser município, com certeza, Nova Dimensão e eu tenho certeza que vai passar na Câmara Federal, eu tenho certeza que terça-feira essa Emenda, vai passar essa Lei, Projeto de Lei e também Nova Dimensão precisa ser município porque, realmente, como disse o nosso Vereador Denízio, infelizmente, o Prefeito não tem condições, não tem mesmo, eu estive lá até pouco tempo nós sabemos a dificuldade que tem do Prefeito atender o município tão grande como é Nova Mamoré, principalmente, em relação à estrada, transporte escolar, que são os dois gargalos maior que tem no município.

E trazer uma novidade aqui que eu acho que o Deputado Lúcio Mosquini não quis falar, ou não falou, e ele hoje está trazendo uma grande novidade, uma boa novidade para Nova Dimensão que é o presente que é um Posto de Saúde que vai ser o melhor Posto de Saúde do Município de Nova Mamoré, já está na conta R\$ 650.000,00, ontem ele mandou eu vi, já está na conta da Prefeitura vai ser construído um Posto de Saúde aqui, um pedido meu e do Vereador Anael, nós pedimos na oportunidade que Nova Dimensão sendo o maior Distrito aqui do município tem o pior Posto de Saúde; o de Jacinópolis ganhou um Posto de Saúde muito bom, vai ser inaugurado brevemente, eu iniciei, o Claudionor está terminando, mas, Nova Dimensão tem um Posto de Saúde muito humilde, muito pequeno, não atende a população como elas precisam e como elas merecem. Então eu pedi, e ele atendeu; Nova Dimensão vai ser construído um Posto de Saúde que a população desse Distrito merece, nesse Distrito por enquanto, porque se Deus quiser brevemente será Município. Muito obrigado a todos e boa tarde.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Senador Valdir Raupp, muito obrigado pela presença, o Deputado Lúcio Mosquini, Laerte e agradecer aqui a presença de todos, vamos continuar mais um pouco, se tiver alguém que queira fazer uso da fala, logo vai estar aqui falando o Yuri, está inscrito. Agradecer o João Batista, Secretário de Educação do Município de Nova Mamoré; o Edmar, o Ronildo, o Abílio, a Dona Salete, esposa do Sr. Laerte que estava por aqui também, a todos muito obrigado e Senador fique à vontade para se retirar, nos agradecemos muito a sua presença Deputado Lúcio aqui nesta Audiência, com certeza engrandeceu muito esse trabalho nesta tarde.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – E que o Sr. Prefeito Claudionor, ele enviou mensagem dizendo que parabeniza ao Deputado Edson Martins, o Deputado Dr. Neidson, pela Audiência Pública em virtude de ele estar em Porto Velho não pode participar desta Audiência Pública.

O SR. DR. NEIDSON – Quero passar a palavra agora ao Professor Yuri, do Distrito de Jacinópolis.

O SR. YURI LOPES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos os presentes em nome do Dr. Neidson eu cumprimento a todos os presentes à Mesa e todos aqui presentes também.

Eu quero aqui já informar ao nobre Senador Valdir Raupp que existe alguns municípios que já são municípios criados em Rondônia que são menores que o Distrito de Jacinópolis. Nós somos solidários a criação do Distrito de Nova Dimensão e até somos solidários a pertencer ao Distrito de Nova Dimensão, só que a gente precisa começar a lembrar das aulas de matemática que tivemos lá no 4º ano que é importante saber que a Assembleia Legislativa vai autorizar a viabilidade do estudo e o estudo terá até 180 dias para ser feito, ou seja, 6 meses. Nós temos mais 6 meses para eleições? Não temos. Então Jacinópolis corre o risco de ter sua votação, o seu plebiscito só daqui a 4 anos quando será novamente a eleição para Presidente e assim também como Nova Dimensão e eu quero dizer para vocês que Jacinópolis atende sim o requisito mínimo como Nova Dimensão atende.

Eu quero fazer uma pergunta e o Lúcio Mosquini disse aqui que na época foi aberto através de uma liminar e através de liminar está aberto até hoje. Amanhã, de noite, o Juiz pode pegar o notebook dele e quebrar, indeferir essa liminar e acabar essa liminar e como que, 6 horas, isso mesmo, 6 horas fecha o Parque, eu quero saber como é que a urgência, emergência do município vai estar aqui na sede e o doente vai precisar passar: “não, está fechado o Parque”. Espera aí: não pode ficar doente agora não. Amanhã você fica doente, 6 horas de novo porque vai estar aberto o Parque”. Então, é muito cômodo vir aqui falar de Jacinópolis e, inclusive, quando o Lúcio Mosquini foi o Deputado mais votado lá, eu quero dizer, parabéns por Nova Dimensão estar conquistando esse Posto de Saúde, mas, se foi igual ao Posto de Saúde de Jacinópolis que está lá parado, não adianta também, porque lá nunca foi atendido ninguém, tem que inaugurar, tem que o povo usar, porque daquela forma não tem como.

Agora, voltando ao ponto da emancipação, a gente tem que olhar o que é certo, está falando que tem muita estrada, nós vamos criar o Distrito de Nova Dimensão ainda com pouca estrutura, muita estrutura financeira, mas, vai ser um novo município, vai ser totalmente tudo novo e vai estar um monte de estradas, por causa da sede de Jacinópolis, do centro de Jacinópolis ao ponto de extremo são 54 km. Talvez as pessoas vêm aqui e fala: “Jacinópolis não tem condição”. Porque não conhece, não sabe que lá do centro, do centro de Jacinópolis ao ponto extremo que é Fortaleza, 54 quilômetros, entendeu? É muito fácil estar em Brasília, em Porto Velho e falar, mas, ir lá conhecer a realidade é difícil. E é por isso que eu quero confrontar aqui, principalmente, a fala do Senador Raupp com relação a isso. Quantos municípios em Rondônia são menores do que o Distrito de Jacinópolis e são municípios e ninguém fala nada. Não. Tudo bem. Eu posso citar aqui, Pimentieras, Rio Crespo e por aí já quero encerrar, não quero citar mais, mas, têm alguns outros mais. Então é importante, nós estamos em uma Audiência Pública, é público, é para todos, nós temos que falar. E registre, porque com certeza esse registro será de muita validade porque corre o risco de Nova dimensão só ter o seu Plebiscito daqui a 4 anos e como Jacinópolis também, aí Jacinópolis terá não mais 7, 8 mil habitantes, terá 10, 12; Nova Dimensão terá 14, 16, 18 e nós estamos juntos com Nova Dimensão. Sim, estamos juntos, somos solidários para todos os efeitos; Vereador Denízio? Não quero estar aqui como um guer-

rilheiro, que não estamos contra, mas, estamos a favor, mas, entenda. Não adianta nós criarmos o Distrito de Nova Dimensão que daqui ao seu ponto extremo seja mais de 100 quilômetros, porque nós teremos cento e poucos quilômetros só de estrada em linha reta para serem mantidos ônibus escolar, patrolamento, manutenção, agente de saúde, então, nós estamos no momento no Brasil que os recursos estão sendo escassos, nós temos que descentralizar as gestões e para isso nós precisamos criar, os Distritos virarem municípios, não adianta a gente acabar com o problema, aqui é município, e criar outro.

Então, a minha fala é essa e eu quero que os meus colegas aqui da nossa Comissão de Emancipação de Jacinópolis está aqui, o nosso Vereador Chapéu está aqui, e ele sabe muito bem, nós temos uma liminar que pode a qualquer hora proibir o direito que é garantido constitucionalmente que é o direito de ir e vir. Então isso é muito complicado, então vamos sensibilizar para essa criação dos dois Distritos, dos dois Distritos porque ficará um município forte. O Município de Nova Dimensão juntamente com Palmeiras, quem sabe o Município de Jacinópolis juntamente com Rio Branco, ficaram dois municípios muito fortes, muito fortes e tenho certeza que essa ideia, essa ideia sim, essa ideia é válida e é muito, muito boa. E eu quero aqui agradecer a todos pela paciência por ouvir o meu clamor que é o clamor também de todo o Distrito de Jacinópolis, obrigado e fiquem com Deus.

O SR. DR. NEIDSON – Obrigado Professor Yuri, mas, só para complementar a sua fala Professor, não corre o risco de só daqui a 4 anos, é só daqui a 4 anos porque para se realizar os estudos, primeiro tem que haver um Requerimento, eu estive semana passada na residência do Vereador Chapéu e ele deu essa ideia de emancipar Jacinópolis com Rio Branco, ele já tinha dado essa ideia e é por isso que nós necessitamos, não somos nós que vamos criar, a Assembleia Legislativa vai fazer a Lei, mas, quem vai solicitar são vocês. Então, vocês têm que fazer o levantamento de pelo menos 20% do eleitorado da região e fazer o pedido à Assembleia Legislativa, nós como Deputados vamos solicitar depois desse pedido aprovado pela Assembleia, já analisado teve os 20% juntamente com o IBGE, nós vamos solicitar ao Poder Executivo para que possa fazer o estudo da viabilidade, se o município tem condições financeiras de se manter; se ele tem condições de aplicar o Constitucional na Saúde, na Educação. Então, esse estudo dura 180 dias, são 6 meses, então não tem condições e esse estudo tem que ser realizado o início do pedido de vocês até a conclusão, tem que ser do primeiro dia da posse de um Prefeito, nós podemos começar hoje, já tem mais de um ano até o último dia do mandato dele, se passou disso, se anula tudo. Não se entenderam? Os 4 anos de mandato do Prefeito de Nova Mamoré, nesse caso, se passar desses 4 anos vai ter que se começar tudo de novo, agora, o Plebiscito depois de aprovado já o estudo de viabilidade que dura 6 meses aí a Assembleia solicita o Plebiscito ao Tribunal Regional Eleitoral. O Plebiscito só é realizado quando se realiza a eleição de Presidente, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, ou seja, só daqui a 4 anos, mais de 4 anos. Mas, o tempo que nós temos para transformar realmente município, após aprovação dessa Lei é até o final do mandato dos Vereadores que estão aqui e do Prefeito de Nova Mamoré. Então, nós temos que correr no tempo e se ninguém inicia; se não iniciamos esse trabalho, podem esquecer. E é obrigatório termos pelo menos duas Audiências Públicas realizadas pela Assembleia Legislativa.

Alguém mais quer fazer uso da palavra? Foi entendido tudo. Entenderam a forma que foi explicado? Então, eu acredito que foi de suma importância esta Audiência Pública pela Assembleia Legislativa, toda Assembleia Legislativa está favorável a criação de Municípios, Presidente Maurão de Carvalho que foi um dos proponentes devido ao estado pós-operatório não pode participar, mas, também já posicionou favorável, por isso que nós já realizamos duas Audiências Públicas e quero agradecer a presença de todos. Deputado Edson Martins quer fazer uso da palavra, Deputado Edson?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vou só encerrar.

O SR. DR. NEIDSON – Então vamos pedir ao Deputado Edson Martins encerrar esta Audiência pública.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes, porém, agradecer Excelência, ao senhor Zé Nogueira e Zezinho responsáveis aqui pela Associação. Muito obrigado a todos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu quero agradecer aqui ao Presidente do Parque, já foi agradecido, mas a toda Diretoria aqui, parabenizar pelo trabalho bonito que eles fazem aqui em arrecadar, é um gesto de amor lá para o Hospital do Câncer, toda a população de Nova Dimensão que tem contribuído muito. Agradecer a todas as pessoas presentes, o Secretário João Batista que está aqui do lado; o Vereador Célio Brito, o Manoel Pinheiro, nosso amigo lá de Urupá que eu vi por ali agora a pouco e a todos os presentes.

Nós vamos fazer um encaminhamento aqui o Bispo quer fazer um encaminhamento aqui da criação da Comissão de Emancipação e aí com certeza o Vereador Denízio, o Vereador Anael, que são daqui do Distrito, Senador diz que é lá da sede, mas na verdade os dois Vereadores daqui do Distrito tem feito esse encaminhamento, com certeza vai está encabeçando aí esse trabalho que com certeza é um trabalho árduo, dá muito trabalho para fazer esse encaminhamento, para fazer esse Plebiscito e com certeza declarar o apoio aqui do Deputado Edson Martins, do Deputado Dr. Neidson e da Assembleia Legislativa, pode ter certeza nós vamos estar junto com vocês nessa luta pela Emancipação do Distrito de Nova Dimensão, Jacinópolis e outros Distritos que com certeza isso tem muito a ver com a melhoria da vida de vocês a emancipação política do Município, contem com o nosso apoio, nós temos ajudado, colocado vários recursos aqui no município, lá em Jacinópolis tem um recurso nosso, o Posto de Saúde está pronto lá, que até o Professor Yuri disse aqui, estou esperando para irmos lá inaugurar aquele Posto, eu estive um dia lá em Jacinópolis, vi lá pessoas deitadas em uma calçada tremendo com malária ainda no outro mandato coloquei R\$ 300.000,00, fizemos um Posto de Saúde muito bonito que está lá pronto para ser inaugurado e o Deputado Lúcio anunciou aqui recurso, construção de um Posto de saúde também muito bom. Até eu coloquei o recurso aqui para o Prefeito Claudionor, falei que é para fazermos um Posto, ele disse que nós já temos o recurso assegurado do Deputado Lúcio, para conseguir um Posto de Saúde digno aqui no Distrito de Nova Dimensão e eu vou fazer um compromisso aqui, eu e o Deputado Dr. Neidson de colocar, Deputado Neidson, os equipamentos nesse Posto de Saúde, com certeza, construindo esse Posto de Saúde aqui no Distrito de Nova Dimensão nós vamos está lá para ajudar aqui a população e colocar uma emenda parlamentar nossa para equipar para que esse Posto possa atender bem a população.

O Bispo quer fazer o encaminhamento e nós já vamos fazer o encerramento também dos trabalhos aqui nesta tarde.

O SR. APARECIDO BISPO – O encaminhamento que eu proponho à Mesa, a esta Audiência Pública é que a Assembleia Legislativa faça um encaminhamento à Câmara Federal em relação a questão lá do art. 24 como nós propomos aqui na nossa fala. Em função também, segundo informações que numa possibilidade de ser mais realizadas Audiências Públicas, proponho também que seja estendido o tempo da Comissão Temporária Pró-Emancipação da Assembleia Legislativa do nosso Estado no mínimo por 90 dias e renovado por mais dois, três períodos também. Que possa criar um calendário de trabalho essa Comissão Temporária também, esse é o encaminhamento para que possam discutir a questão dessa questão do estudo de viabilidade, que seja feito, que a Assembleia Legislativa vá através da Comissão Pró-Emancipação Temporária no Distrito de Tarilândia, que venha a ouvir a comunidade de Jacinópolis, que vá ouvir, fazer um calendário nesse sentido que vá ouvir o 5º BEC, aos Distritos que já manifestaram o seu pedido de emancipação junto à Assembleia Legislativa do nosso Estado; que a comunidade de Nova Dimensão encaminhe para Assembleia a sua Comissão, os nomes da sua Comissão de Emancipação para tomar os procedimentos de Emancipação como todas as Comissões já encaminhadas, Emancipalistas de cada Distrito do Estado.

O SR. DR. NEIDSON – Só complementar a primeira indicação do Bispo, a primeira que nós encaminhamos essa primeira solicitação, encaminhamento a Bancada Federal pedindo apoio com relação ao art. 24, esse já foi encaminhado na Audiência Pública que realizamos lá em Extrema, ou seja, já foi solicitado o apoio da Bancada Federal, então se suprime esse primeiro pedido.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Nada mais havendo a tratar invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta presente Audiência Pública.

Boa tarde a todos e fiquem todos com Deus.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 17h02 min).

**20ª SESSÃO SOLENE PARA ENTREGA
DE VOTO DE LOUVOR AO PROGRAMA
DA RÁDIO CULTURA FM MUITO MAIS CULTURA.**

Em 11 de Junho de 2018

**Presidência do Sr.
HERMÍNIO COELHO - Deputado**

(Às 09 horas é 37 minutos é aberta a Sessão)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores, bom dia, sejam todos bem-vindos a Assembleia Legislativa. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de requerimento do Exmº Sr. Deputado Estadual Herminio Coelho, realiza Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor ao Programa Muito Mais Cultura apresentado todos os sábados na Rádio Cultura FM 107.9, na pessoa de sua idealizadora e apresentadora Linda Kozan.

Convidamos para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Herminio Coelho, proponente desta Sessão Solene de home-

nagem; convidamos também para composição da mesa a Sra. Maria Lindamir Kozan apresentadora da Rádio Cultura FM 107.9, Linda Kozan; convidamos Margot Paiva, Diretora da Casa de Cultura Ivan Marrocos; convidamos para a composição da Mesa o Sr. Cícero Acácio Gomes de Souza, Diretor Executivo da Rádio Cultura FM 107.9; convidamos o Sr. Carlos Giovani, Gerente Administrativo da Rádio Cultura FM 107.9.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor ao Programa Muito Mais Cultura, apresentado todos os sábados na Rádio Cultura FM 107.9, e à apresentadora Sra. Maria Lindamir Kozan – Linda Kozan.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o hino Céus de Rondônia, composição de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Podemos nos sentar. Sr. Presidente, gostaríamos de agradecer e registrar a presença do Sr. Carlos Evandro, Diretor Comercial da Rádio Cultura FM 107.9; da Sra. Mara Valverde, do Fórum Popular de Mulheres e Canta Mulher; do Sr. Valdir Ferreira, Gerente de Cultura, representando a SEJUCEL.

Pronto, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui a nossa Mesa, a nossa apresentadora aqui da Rádio Cultura, a nossa Linda Kozan, homenageada junto com o Programa. Obrigado a senhora, é muito merecida, muito justa essa simples homenagem, mas, é reconhecendo o trabalho que você e a Rádio Cultura tem feito em prol da nossa cultura aqui do nosso Município e no nosso Estado; também a Margot Paiva, Diretora da Casa de Cultura Ivan Marrocos. Obrigado Margot pela presença; também o Cícero Acácio Gomes de Souza, Diretor Executivo da Rádio Cultura. Obrigado Cícero; e também Carlos Geovani, Gerente Administrativo da Rádio Cultura. Obrigado Carlos Geovani pela presença. Quero agradecer a presença de todos os que estão presentes aqui; agradecer aos nossos servidores aqui da Assembleia.

Essa nossa homenagem que a Assembleia está fazendo ao Programa 'Muito Mais Cultura' e a nossa Linda Kozan, é exatamente pela importância que a cultura tem, infelizmente o nosso município e o nosso Estado, principalmente através de políticas públicas, tanto do município como do Estado e da própria União, a gente vê as dificuldades que existem. Lógico, que isso não é só em Rondônia, não é só em Porto Velho é no País inteiro. Por isso como é uma das áreas tão importantes para as comunidades, para a população, infelizmente, o Estado nunca deu prioridade a essas políticas. Eles mal conseguem dar conta da Saúde, da Educação e Segurança Pública, e já tem garantido por Lei o mínimo que eles têm que tomar conta, que tem que gastar. E infelizmente a cultura a gente não vê empenho por parte da nossa política, dos nossos políticos, políticas realmente com o investimento. A gente não tem visto por parte do Estado, infelizmente e também do próprio município. Por isso que a gente tem o maior carinho de sempre homenagear e agradecer as pessoas que lutam, muitas vezes sem ter muita condição, sem ter apoio, que lutam por essas causas tão

nobres, que além de toda a importância que tem, isso gera uma melhora na sociedade. E são políticas baratas que você poderia fazer, o Estado poderia implementar políticas, porque os custos destas políticas sempre são baratos e o resultado sempre é muito bom. Mas, a nossa luta através da Linda e de muitos que defendem, que lutam por esta causa é fazer com que o Estado e o Município venham a cada ano se comprometer mais nestas áreas com políticas, com mais vontade. Aqui esta Casa mesmo todos os anos quando a gente aprova o orçamento é uma dificuldade danada para a gente conseguir qualquer recurso para investir nestas áreas. Principalmente de Cultura, Esporte de Lazer e por aí afora.

Tem algumas coisas aqui do currículo, mas eu vou deixar para a própria Linda na fala dela, ela vai falar os feitos dela e a importância deste programa que é realizado todos os sábados na Rádio Cultura. A importância deste Programa, e a importância da Linda nesta luta pela nossa Cultura aqui do nosso Município e do nosso Estado.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Convidamos, então, para um breve pronunciamento o Sr. Cícero Acácio Gomes de Souza, Diretor Executivo da Rádio Cultura FM 107.9.

O SR. CÍCERO ACÁCIO GOMES DE SOUZA - Em nome da fundação Toledo Prado, mantenedora da Rádio Cultura FM; quero saudar todos os componentes da Mesa em nome do Deputado Hermínio Coelho. E quero parabenizar o trabalho que vem sendo feito na nossa emissora, o Carlos Evandro e o Carlos Giovani, pelo trabalho árduo diuturnamente que eles vêm desempenhando, para que consigamos manter a emissora no ar. Porque não somos uma emissora comercial, somos uma emissora cultural, tendo como mantenedora a Fundação Toledo Prado. Então, não temos as prerrogativas de uma emissora comercial, não podemos vender comercial. E aproveitando a fala do Deputado, não temos apoio do governo, não temos mídia do governo, não temos um trabalho que é feito de apoio institucional à nossa emissora, sobrevivemos de apoios culturais da iniciativa privada, ou seja, além do belo trabalho que a nossa apresentadora do Programa Mais Você, Linda Kozan, desenvolve ao vivo para que todos da nossa Capital possam acompanhar, ela ainda trabalha durante a semana arduamente em busca de apoio cultural. Parabéns, Linda. Então, Deputado, quero lhe agradecer por essa homenagem, porque vem carimbar aqui, vem consolidar o reconhecimento do trabalho da Linda, que vem divulgando a nossa cultura, os nossos músicos locais e sejam sempre bem-vindos, tanto ao Programa Mais Você, como em toda a nossa Programação durante a semana que temos programas ao vivo, trabalhamos divulgando sempre a cultura local. Meu muito obrigado ao Deputado, a Linda, meus parabéns a todos que trabalham diuturnamente para que consigamos manter a nossa emissora no ar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Obrigado a você Cícero, obrigado a Rádio Cultura, por todo o trabalho que tem a importância da Rádio Cultura, não só nessa questão, mas, em toda as áreas aqui do nosso Município e do nosso Estado.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Senhor, Presidente, gostaríamos de registrar e agradecer a presença

da senhora Carol Aguiar, cantora do Estado de Rondônia. E ainda convidamos para um breve pronunciamento, à senhora Margot Paiva, Diretora da Casa de Cultura Ivan Marrocos.

A SRA. MARGOT PAIVA – Bom dia, muito obrigada pelo convite. Em nome da Casa de Cultura Ivan Marrocos, onde somos subordinados pela FUNCER, SEDUC e SEJUCEL. Nos sentimos muito honrados de estarmos aqui hoje prestigiando esse momento, prestigiando essa voz, essa voz doce, essa fala mansa, que entra todos os sábados nas nossas casas, promovendo, enaltecendo, abrilhantando a todos que têm o domínio da cultura, da arte e deixando assim as nossas vidas mais fáceis de ser divulgada, de ter visibilidade. Então, eu vim com muita, muita alegria mesmo quando vi esse convite, muito obrigada ao Deputado, também, pelo convite, o senhor Maurão também. E, Linda, parabéns, parabéns! Eu só gostaria que tivesse mais tempo de programa, porque quando a gente está aquecendo, o programa já acabou. Então, o programa merece mais tempo. Muito obrigada e parabéns, Linda.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Obrigado Margot.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Senhor, Presidente, gostaríamos de registrar e agradecer a presença da senhora Gigliane Alencar, Coordenadora de Projeto da Família Casa Rosetta. E também, aproveitamos para convidar para um breve pronunciamento a homenageada, a senhora Maria Lindamir Kozan.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Linda, eu só pediria, Linda, para antes de a senhora falar, a Belzira Shockness Simoa, queria usar a palavra, ela é turismóloga e advogada.

A SRA. BELZIRA SHOCKNESS SIMOA – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite da minha colega Lindamir Kozan, e fico muito honrada em estar aqui participando. Nós fomos colegas em 2000, na Ulbra. Nós colamos grau em 2004, é Turismo e depois de batalhar com eles no Turismo eu resolvi botar a timidez de lado, que eu sou muito tímida e cursar o Direito que a minha mãe sempre disse que era para eu ir para o Direito e eu fugia dele e hoje estou aqui advogando. E já tive a oportunidade de participar do Programa da Linda, fui lá dá uma entrevista, foi até antes da minha viagem para Londres e foi muito bom, um Programa maravilhoso e o que mais assim me entristece na cidade é justamente a falta de incentivo à nossa cultura, que Porto Velho é uma cidade linda, maravilhosa e esse Programa da Linda ele vem alavancar a cultura rondoniense, dá prestígio aos nossos artistas, nossos cantores locais, e, eu estou muito feliz. Obrigada Linda e sucesso.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Convidamos agora à frente o Exm^o. Sr. Deputado Estadual Herminio Coelho, para a entrega do Voto de Louvor junto também com a homenageada, Linda Kozan, aqui à frente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Só agradecer a presença aqui do Valdir Ferreira, Gerente de Cultura, representando aqui a SEJUCEL. Obrigado Vavá, pela presença, representando o Estado.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Convidamos também o Sr. Cícero Acácio Gomes de Souza, para estar aqui à frente também para entrega.

(Entrega da Placa à Homenageada)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Agradecemos Linda Kozan.

E nós convidamos o senhor Cícero Acácio Gomes de Souza, para entrega de Voto de Louvor ao Programa Muito Mais Cultura, pelas mãos do Deputado Hermínio Coelho, proponente desta Sessão Solene.

(Entrega do Voto de Louvor ao Programa Muito Mais Cultura)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Vai haver uma quebra de protocolo, com a palavra o senhor Cícero Acácio.

O SR. CÍCERO ACÁCIO GOMES DE SOUZA – Perdão a todos pela quebra do protocolo, mas, Carlos Evandro e Carlos Giovani, essa homenagem aqui é para toda a equipe da Rádio Cultura e para toda equipe da Fundação Toledo Prado, e quero dizer mais, senhor Juarez Américo do Prado, deve ser lembrado e deve ser homenageado, pois em 1982 fundou a 1ª Faculdade Particular do Estado de Rondônia, no município de Cacoal e ele é o idealizador da Fundação Toledo Prado, então, deixamos aqui a nossa homenagem a ele e agradecer a vocês, Carlos Evandro e Carlos Giovani que em nome de vocês a Rádio permanece no ar com ótima audiência que tem, pelo lindo trabalho da Linda Kozan. Muito obrigado e desculpem a quebra do protocolo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado a você, Cícero, não tem problema nenhum quebrar o protocolo.

Agora para fazer uso da palavra a nossa homenageada, a nossa apresentadora da Rádio Cultura FM 107,9 nossa Lindamir Kozan, nossa Linda Kozan, fique à vontade.

A SRA. MARIA LINDAMIR KOZAN – Muito bom dia a todos! Os meus cumprimentos aos Excelentíssimos Srs. Deputados, Presidente Maurão de Carvalho, Deputado Hermínio Coelho, Presidente do Voto de Louvor; demais autoridades, amigos que compõem a Mesa, Giovani, Margot, Sr. Cícero, muito obrigada; artistas e educadores a todos da Direção da Rádio Cultura FM; queridos ouvintes da Rádio Cultura FM, enfim, toda a plateia desta Casa. Agradeço Vossas Excelências e ao Deputado Hermínio Coelho por conceder esta significativa homenagem ao Programa Muito Mais Cultura que é sem dúvida a minha paixão. Levantar-me pela manhã todos os sábados durante esses 7 anos de existência do Programa, é como se eu fosse divertir-me com queridos amigos na experiência mais bonita que é a contemplação do belo que está no ser humano em sua alma, nas virtudes, nos valores, no amor, na arte, demonstrando sensibilidade, alegria, paz. Estar pelas ondas do rádio, receber esta troca de energia dos nossos convidados e das pessoas que ouvem e gostam do programa, realmente é muito prazeroso. Tenho muita satisfação em poder receber os

nossos amigos para entrevistá-los, muitos talentos já consagrados, como também dando oportunidades para novos talentos estarem mostrando os seus trabalhos aos nossos ouvintes. São muitos artistas, educadores, médicos, profissionais de vários segmentos de nossa sociedade entrevistados desde maio de 2011 e esta homenagem é de todos, por fazerem o Muito Mais Cultura, sempre momentos muito especiais. Vivemos tempos difíceis, o individualismo, a competição, a violência e o consumismo são marcas de nosso tempo e tendem a distanciar as pessoas. Poder compartilhar com os nossos ouvintes boas músicas, poesias, assuntos relevantes à nossa sociedade; faz muito bem a todos e claro, a mim. No programa damos ênfase à educação, portanto, educação e cultura caminham juntas, são caminhos que levam a paz. Ter acesso a cultura é primordial para o crescimento do ser humano. Por isso, quanto mais políticas públicas forem criadas para as comunidades mais carentes terem acesso à arte, a música e demais manifestações artísticas, maior será o resultado dessas ações. A arte é uma das maneiras mais eficazes para manifestação de novas tendências e até mesmo para criar conceitos e inserir novas maneiras de abrir a percepção do ser em relação ao mundo, a vida ao amor e também as relações humanas. A arte é um importante trabalho educativo. O mundo da cultura é amplo e ilimitado; acredito que a cultura é um dos instrumentos que temos para oferecer as nossas crianças e adolescentes na busca da formação e de uma geração de jovens mais sensíveis, mais generosos e tolerantes. A cultura é inclusão, é uma porta de entrada para que tenhamos uma sociedade mais justa, mais humana. Portanto, a cultura, um forte agente de identificação pessoal e social, transformador, modelo de comportamento que integra os segmentos sociais e gerações, uma terapia efetiva que desperta recursos internos do indivíduo e fomenta a sua interação com o grupo e um fator essencial na promoção da saúde, na medida em que o indivíduo se realiza como pessoa e expande as suas potencialidades. Acredito que o exemplo primeiramente vem de casa, portanto, desde muito pequena vendo minha mãe, desculpa, me emocionou porque perdi minha mãe aos 11 anos. Vendo minha mãe nos afazeres na cozinha cantarolando lindas canções, preparando-nos deliciosas refeições, a união, o respeito, o amor em família, bem como o seu gosto pela arte, ao vê-las confeccionando belíssimos arranjos de flores, pinturas em tecido, também ovos de galinha sendo pintados delicadamente, que é uma tradição ucraniana, que são as nossas origens, tudo isso me encantava. Assisti na infância, na adolescência maravilhosos shows de artistas também da jovem guarda, também os melhores espetáculos circenses e frequentei as melhores escolas públicas também e outras particulares. Li aos 07 anos de idade, o livro de Monteiro Lobato Reinações de Narizinho, que conta a história do Sítio do Pica Pau Amarelo. E foi lindo ler esse livro, porque quando passou na televisão eu já conhecia toda a história, só que eu já era adulta. Contudo, aprendi o amor pela arte desde muito cedo trabalhado diretamente com o público desde os meus 15 anos de idade, tive o dom também da comunicação. Em 2004, formei-me na Faculdade São Lucas, Bacharel em Turismo, onde reformou o meu gosto pela cultura, pela cultura local, regional, passei a ver a natureza com outros olhos, e como nossa Rondônia é linda, riquíssima em belezas naturais, flora e fauna. Temos artistas sensacionais e eles tra-

zem na alma sentimentos de amor, cantam e encantam na música, na dança, no teatro, na poesia, nas artes visuais, na literatura, enfim. E como é difícil em nosso País, infelizmente sobreviver como artistas, geralmente são aliadas a outras profissões, a não se que consigam muita fama. Precisamos valorizar o que é nosso, nossas belezas naturais, nossos artistas; precisamos cuidar, respeitar o nosso meio ambiente, nossa cidade, nosso patrimônio cultural, pois, um povo que não preserva sua identidade cultural, torna-se até um local sem memória. Nossos preciosos ouvintes que muito nos honra a dedicação que têm em ouvir o programa Muito Mais Cultura, bem como toda a programação da Rádio Cultura FM, e os nossos queridos amigos entrevistados, tenho por eles o máximo de respeito e carinho, se estamos recebendo esta homenagem hoje, bem como já recebemos em 2016 da Câmara dos Vereadores, sem dúvida, devemos a todos os nossos ouvintes e entrevistados, a direção da Rádio Cultura FM, Senhor Cícero, a esposa Senhora Ana Cláudia Prado, ao Gerente Carlos Evandro e em especial ao amigo Carlos Giovani, que acreditou em meu potencial quando fui apresentada por um amigo locutor da emissora, também é claro a Família Prado, gratidão aos patrocinadores, gratidão a todos. Excelentíssimos Deputados, Presidente proponente Deputado Hermínio Coelho, sua assessora Eva, Senhores, senhoras, jovens, meu filho André, muito obrigado. Por muitas vezes tive que deixar o meu filho às vezes passou mal à noite, mas, eu estava lá no programa firme e forte com todo amor e alegria. Sou líder de bloco da BSGI, a qual eu aprendi ser uma comunicadora humanista. A BSGI é uma Organização não governamental filiada a ONU. Eu gostaria de ler aqui uma mensagem, do Pacifista Dr. Daisaku Ikeda, Filósofo, escritor, poeta laureado, recebe homenagens, títulos, condecorações em todo mundo, inclusive da Universidade Federal de Rondônia. Vive a sua vida em prol da paz e pela felicidade das pessoas. E na mensagem dele diz assim: "A arte e a cultura deveriam ser compartilhadas e desfrutadas por todos. Elas não discriminam. Quando encontramos o belo, retornamos para a essência de nossa humanidade, em que todas as pessoas são iguais". E para concluir, tenho um poema aqui de Matias Mendes, que está no Livro Escrito de Rondônia, que fala assim: o título é Amor a Terra.

Amo-te assim, grandiosa, agreste;
 Amo-te, Rondônia, inculta e majestosa;
 Amo essa terra e fértil dadivosa,
 E essa límpida amplidão celeste!
 Amo teus rios, venero teu campestre,
 Amo as planícies, a área montanhosa,
 Amo tuas fontes, a selva fabulosa,
 E amo o sol que os teus dias aquece!
 Amo a lua que tuas noites ilumina,
 As imponentes e belas cachoeiras,
 E as flores agrestes que medram na campina...
 Amo, enfim, tuas manhãs mornas, fagueiras,
 Teu sol a pino, tua hora vespertina;
 Amo-te, Rondônia, de todas as maneiras!
 Muitíssimo obrigada a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado a você Linda, por toda a sua luta e seu trabalho em prol da nossa

cultura. Eu estava aqui, eu sou Deputado já há mais de sete anos, e fui Vereador também alguns anos e no nosso gabinete, muitas vezes a gente recebe várias demandas da população e com relação à cultura, a gente recebe, não recebe tanto assim, os nossos movimentos sociais, a grande maioria deles em Porto Velho é muito desorganizado. Mas, todas as vezes que a gente tem sido procurado em apoio a Flor do Maracujá, a questão das quadrilhas juninas principalmente no mês de junho, a gente sempre tem ajudado até colocado recursos através das nossas emendas. Mas, teve um Projeto esse ano, que foi o único Projeto que eu recebi no gabinete com relação à questão da cultura aqui em Porto Velho, foi da Escola Asfaltão, ali no Areal, é a Escola Asfaltão, Escola de Samba Asfaltão. Eles tinham lá um projetinho de R\$ 100.000,00, encaminharam para o nosso gabinete e a gente colocou o recurso. Eu lembro que nas redes sociais, eu vi muita gente criticando: "o cara colocando dinheiro em escola de samba, em carnaval". Aquela coisa toda. Primeiro se fosse não teria nenhum problema, mas, o pior que isso não era bem, esse dinheiro não era bem, o Projeto não é para escola de samba desfilar. Esse Projeto é o quê? É para manter a escola durante todo ano principalmente na comunidade lá ensinando nossos moleques, lá os nossos jovens a aprender principalmente, que esse dinheiro seria para comparar alguns instrumentos e também bancar, custear alguns professores lá, para ensinar a molecada, porque muitas vezes na hora de desfilar, na época do desfile, no carnaval para a escola desfilar, a maioria dos nossos meninos não sabia nem usar bem os instrumentos, aquela coisa toda lá que é necessário para uma escola de samba. E isso é um Projeto maravilhoso, interessante e muita gente às vezes fica criticando. Você vê R\$ 100.000,00, uma coisa barata e esse Projeto, já foi encaminhado, está tudo encaminhado, e a gente tem um compromisso do Governador Daniel Pereira, que seria o primeiro que ele ia pagar e eu espero que a associação junto com o gabinete, o governo já fez de tudo encaminhando porque este ano todos os recursos das emendas até o dia 30 agora de junho tem que estar empenhado, conveniado, tem que estar tudo ok e eu espero que, esse é o primeiro passo, e todos vocês que são ligados a cultura, esses projetos das comunidades, todas as comunidades com relação a tudo, eu citei aqui a questão do carnaval dessas escolas de samba, mas tem tantas, todas as áreas aí da cultura o nosso gabinete está lá à disposição, além de ajudar com recurso de emenda, também cobrar. Porque se nós formos esperar pela boa vontade dos nossos governantes nós nunca vamos ter..., o Estado nunca vai valorizar, nunca vai investir, porque eles vivem de apagar fogo, o Estado nosso como um todo, Município, Estado e União vivem de apagar fogo, porque o hospital tem que estar funcionando bom ou mal tem que estar funcionando, a escola tem que estar funcionando porque é obrigado por..., mas, no caso da cultura que não tem uma obrigação assim maior teria que ter muita vontade política mesmo e compromisso e coisa que primeiro esse povo já não tem tanto, eu não estou citando aqui o caso do nosso Governador Daniel, mas, esses outros que governaram Rondônia já não tem esse compromisso todo, e se a população, as comunidades não se organizarem para cobrar e exigir, é muito difícil, eu tenho certeza que se a nossa população cobrasse mais, exigisse mais dos nossos políticos, que não adianta só votar nos políticos e

achar que eles vão governar muito bem para o povo durante o mandato, que não vai, a gente tem que votar e depois ficar cobrando e acompanhando os mandatos dessas pessoas que a gente elegeu.

Obrigado Linda, parabenizar à senhora e dizer que isso é o mínimo que a Assembleia pode fazer. Vamos reunir todos aqui na frente para tirar uma foto e logo após tem um coquetel, um lanche para todos e todos estão convidados.

A SRA. MARIA LINDAMIR KOZAN – Com licença, eu quero agradecer a presença do Diretor da Escola de Música Som na Leste Leocécio, muito obrigada, é onde eu trabalho todas as manhãs, sou estatutária há 10 anos. Quero agradecer também a Olinda Gilmara, professora da Escola Tiradentes, nossa ouvinte assídua, também já foi entrevistada, muito obrigada pela presença; Aldenice Bento, cantora, compositora; a Carol Aguiar maravilhosa cantora também, a filhinha candidata a Miss Rondônia, será minha entrevistada no sábado que vem, vamos falar também com a criança no programa, como sempre foi de costume também valorizar as crianças, os talentos, crianças que tocam e cantam e encantam; enfim, agradecer a todos vocês. Muito obrigada pela presença mesmo, de coração.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada esta Sessão Solene. Convido a todos para tirar a foto aqui na frente e logo em seguida o coquetel ali no Salão Nobre da nossa Casa. Obrigado a todos.

(Encerra-se esta sessão às 10 horas e 17 minutos).

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUI NO BOABAID - PMN - Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo informações no que tange a existência de Processo Judiciais e Administrativos, bem como investigação sobre plano, seguro de vida e renda mensal, disposto no art. 6, inciso V, do Projeto de Lei nº 221/2018.

O Parlamentar que o presente subscreve requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Poder Executivo, nos termos do art. 29, XVIII, XXXIV, XXXVI, c/c art. 46, Parágrafo Único da Constituição Estadual e art. 179 do Regimento Interno, informações no que tange a existência de Processos Judicial e Administrativo, bem como investigação sobre plano, seguro de vida e renda mensal, disposto no art. 6º, inciso VI, do Projeto de Lei nº 221/2018, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 622, de 11 de junho de 2011, que “Estabelece normas para consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas e empregados

públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Rondônia e cria a estruturação da Comissão Especial de Consignações - CECON.

JUSTIFICATIVA

A Constituição do Estado de Rondônia atribui aos Parlamentares desta Casa de Leis, o Poder de Fiscalização quanto aos atos do Poder Executivo, inclusive, da Administração Indireta (art. 29, XVIII), bem como dispõe que poderão ser apresentados pedidos por escrito dos fatos relacionados com matéria legislativa em tramitação ou sujeito a fiscalização da Assembleia.

Art. 29.....

XXXIV - Encaminhar ao Governador do Estado pedido, por escrito, de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa, ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembleia.

(...)Grifos nossos

Igualmente,

Art. 46 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

Parágrafo único. Prestará Contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Com fulcro no Poder de Fiscalizar atribuído aos membros desta Casa de Leis, para acompanhar os atos do Poder Executivo e da Administração Indireta, solicita as informações no presente Requerimento.

Plenário das deliberações, 05 de junho de 2018
Dep. Jesuíno Boabaid - PMN

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PMN – Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **LENILSON DE SOUSA GUEDES**.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVO DO ESTADO DE RONDÔNIA, decreta:

Art. 1º Fica concedido Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **LENILSON DE SOUSA GUEDE**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Decreto Legislativo tem a finalidade de reconhecer e homenagear o Sr. Lenilson de Souza Guedes, pelos

relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia na área de Comunicação.

Nascido na cidade de Campina Grande, Paraíba, formado em Letras, Inglês e suas Literaturas, Comunicação Social, e pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior, casado com Ana Lucia Correa Crispim Guedes, e dedicado pai tendo 07 filhos: Nathassia Maria de Freitas Guede, Nathiele Maíra de Farias Guedes, Nathalia de Melo Guedes, Henrique Lennon Farias Guedes, Amanda Caroline Corrêa Guedes, Allana Júlia Corrêa Crispim Guedes e Pedro Henrique Corrêa Crispim Guedes.

Desde criança esteve focado nas comunicações quando ouvia as emissoras locais colocava uma lata de leite vazia e começava a imitar os locutores da época. Aos 18 anos se alistou servindo o Exército Brasileiro na 5ª Companhia de Infantaria em Campina Grande.

Após a baixa do exército foi a São Paulo para realizar teste na rádio Clube de Santo André, entre os dez classificados para locutor noticiário, ficou em terceira lugar. Deixando os primeiros lugares para os dois maiores e mais atuantes locutores do Estado de São Paulo desde aquela época até os dias atuais.

No início da década de 80, ao retornar para Campina Grande, assistiu ao que de grande "estalo de vida", nas emissoras de rádio e televisão chamada para os que quisessem vir para Rondônia, o novo Eldorado do Brasil.

Antes, porém, trabalho na Empresa Camargo Corrêa durante a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará. Conhece todos os Estados Brasileiros.

Em Rondônia, iniciou trabalhando na Empresa Brasileira de Notícias a Voz do Brasil – EBN, como chefe da administração local e locutor noticiário para as emissoras de rádio do Estado. É paralelamente realizado copydesck do jornal O Estadão do Norte e locutor noticiário da rádio Eldorado do Brasil, âncora do Grande Jornal da Manhã.

Atuou, ainda, para as rádios Caiarie FM Parecis, nas transmissões de todas as eleições para Vereador, Prefeito, Deputados Federais e Estaduais, Senadores e Governadores realizadas em 1982 até os dias atuais.

Foi apresentador nas redes de televisão Manchete (RBN), Bandeirantes (TV Meridional) e Record (Sistema de Imagem e Comunicação), trabalhando também como locutor noticiário na Rádio Caiari por 18 anos ininterruptos apresentando o Jornal de Integração de Rondônia.

Noticiou ao público rondoniense nas mais importantes notícias quando tudo ainda era precário, sempre à frente dos grandes eventos estaduais, por exemplo, a criação do Estado de Rondônia, posse dos primeiros parlamentares estaduais, inauguração da BR 364 e entre outros.

Em 1982, foi convidado pelo coronel EB Lauro Magalhães para conhecer as dependências e a estrutura da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Paralelamente a outras atividades profissionais, prestava Assessoria de Comunicação a Organização Militar. Assim, como o passar dos tempos e já tendo deixado a Empresa Brasileira de Notícias, a Voz do Brasil, foi efetivado na Assessoria de Comunicação, sendo porta voz da Instituição desde 15 de março de 1987.

O homenageado lembra muitos os episódios da caserna quando para confeccionar o clipping para o Comandante, saía com as filhas na garupa de uma bicicleta colhendo os jornais par "recorte", Estadão, Alto Madeira, Guaporé, Tribuna. Após

fazer o clipping processo de seleção de notícias nos feriados, sábados e domingos entregava na residência do Comandante.

Como porta voz da instituição atende todos os integrantes da imprensa local, estadual e nacional indistintamente deixando os jornalistas, radialistas com respostas para prestar maiores informações ao seu público.

Pelo exposto, o homenageado pessoa pública e querido por todos, principalmente, por seus companheiros da área de comunicação, preenche os receber a comenda ora proposta, para reconhecer os serviços prestados na área de comunicação ao Estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 05 de junho de 2018.

Dep. Jesuino Boabaid – PMN

PROJETO DE LEI DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Autoriza o Poder Executivo a nomear para Cargos de Corregedor Geral e Coordenador Geral do Sistema Penitenciário servidor Estável de carreira do Sistema Penitenciário.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a nomear para Cargos de Corregedor Geral e Coordenador Geral do Sistema Penitenciário, exclusivamente, Servidor Estável de carreira do Sistema Penitenciário, preferencialmente que tenham experiência na área administrativa e aptidão para o desempenho da função.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Nosso requerimento se justifica uma vez que a constituição Federal de 1988 foi o marco divisor para a Administração Pública Brasileira, sobretudo pelo fato de estatuir em seu art. 37, inciso II, que a investidura em cargo ou emprego público, depende de aprovação prévia em concurso público, de prova ou de provas e títulos de acordo a natureza e complexidade do cargo.

Entretanto, o mesmo inciso tratou de excepcionar a referida regra no momento que disciplinou que as nomeações para cargo em comissão declarando em lei de livre nomeação e exoneração, não estão sujeita a aprovação em concurso público, *in verbis*:

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

(...)

II – *a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas*

ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na prevista em lei, ressalvadas as nomeações par cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Contudo, em razão da complexidade do cargo e da necessidade de conhecer o sistema penitenciário para o bom exercício das atribuições do Corregedor Geral e Coordenador Geral é que entendemos que tais cargos devam ser, preferencialmente, exercidos servidores de carreira do sistema penitenciário.

Por estas razões é que solicito aos nobres Pares a aprovação da matéria tratada.

Plenário das Deliberações, 05 de junho de 2018.
Dep. Léo Moraes - PTB

PROJETO DE LEI DEPUTADO LAERTE GOMES – PSDB – Autoriza o Poder Executivo Estadual a reconhecer a equivalência dos Serviços Estaduais de Inspeção de Produtos de Origem Animal dos Estados Membros Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, nas condições que especifica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo Estadual fica autorizado a reconhecer a equivalência dos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal dos Estados membros do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônica Legal.

§ 1º São condições para requerer o reconhecimento da equivalência a que se refere o *caput* :

I - Possui na estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual órgão ou entidade competente à inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal;

II - Realizar a inspeção sanitária dos produtos de origem animal por servidores públicos ou por profissionais habilitados pelo órgão fiscalizador do exercício profissional vinculados a pessoas jurídicas credenciadas no órgão estadual competente à inspeção e fiscalização sanitária;

III - Atender aos demais requisitos do regulamento desta Lei.

§ 2º Para efeito desta Lei serão considerados os conceitos:

I - Equivalência do Serviço de Inspeção: condição na qual o conjunto de normas e medidas de inspeção higiênico-sanitárias e tecnológicas aplicado por diferentes serviços de inspeção sanitária animal realizaram, com efetividade, objetos comuns de inspeção, fiscalização, auditoria, nocuidade, conformidade, identidade, qualidade e segurança alimentar dos produtos e subprodutos de origem animal;

II - Produto de Origem Animal: todo produto, subproduto, matéria prima ou afim proveniente, relacionado ou derivado de qualquer animal, comestível ou não comestível, destinado ou não à alimentação humana, adicionado ou não de vegetais ou de aditivos para sua conservação, condimentação, coagulação, fermentação ou colorização, entre outros, independentemente de ser designado como "produtos", "subproduto", "mercadoria" ou "gênero",

III - Inspeção: ação primária, privativa dos médicos veterinários, auxiliados ou acompanhados por pessoal previamente treinado, no âmbito industrial e sanitário, composta por inspeção ante mortem, inspeção post mortem, julgamento, condenação e destinação de animais e suas partes, garantia do cumprimento do bem-estar animal, verificação dos procedimentos operacionais sanitários, verificação da ocorrência de implantação dos autocontroles das empresas, treinamento do pessoal que auxiliará na execução das atividades sanitárias, recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem, expedição, trânsito e consumo de quaisquer produtos e subprodutos de origem animal, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não à alimentação humana, bem como o acompanhamento das condições higiênico-sanitárias dos equipamentos e instalações;

IV - Reinspeção: ação secundária, privativa dos médicos veterinários, auxiliados ou acompanhados por pessoal previamente treinado, no âmbito industrial e sanitário, composta por verificação das condições de integridade das embalagens, dos envoltórios e dos recipientes, rotulagem, avaliação das características sensoriais, coleta de amostras fiscais, documentação sanitária de trânsito, condições de manutenção e higiene de veículos e equipamentos e garantia de origem de produtos e subprodutos;

V - Fiscalização: ação direta, privativa e não delegável dos órgãos do Poder Público, efetuada por médicos veterinários do serviço oficial com Poder de polícia administrativa, para a verificação do cumprimento das determinações da legislação específica e dispositivos regulamentares, abrangendo os aspectos industriais e sanitários dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais e seus subprodutos, relacionados aos processos e sistemas de controle industriais, nas etapas de recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem depósito, rotulagem e trânsito, pautada na execução das normas regulamentares e procedimentos técnicos sobre os produtos de origem animal;

VI - Auditoria: análise sistemática das atividades desenvolvidas nas empresas e setores integrantes ou credenciados junto Serviço de Inspeção, com objetivo de averiguar se elas estão de acordo com as disposições regulamentares planejadas e/ou estabelecidas previamente, bem como se foram implementadas adequadamente e com eficácia necessária;

VII - Empresa credenciada: a pessoa jurídica credenciada previamente pelo Poder Executivo Estadual que, obrigatoriamente, deverá dispor em seu quadro funcional de médicos veterinários habilitados a desenvolverem a atividade

de Inspeção de Produtos de Origem Animal em estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção; e

VIII - **Médico Veterinário habilitado**: pessoa física graduada em medicina veterinária, habilitada pelo Conselho Profissional, contratada pela empresa credenciada e capacitada em curso específico para executar a inspeção sanitária de produtos de origem animal em estabelecimentos previamente cadastrados e/ou registrados no Serviço de Inspeção.

Art. 2º O Estado da Federação cuja equivalência dos serviços de inspeção sanitária animal for reconhecida nos termos do art. 1º, poderá comercializar os produtos e subprodutos de origem animal no território do Estado de Rondônia. (Cada Estado adequará esta parte do seu PL)

Parágrafo único. As restrições ao estado sanitário estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento – MAPA devem ser observadas na comercialização dos produtos e subprodutos de origem animal pelo Estado da Federação cuja equivalência dos serviços de inspeção sanitária animal foi reconhecida.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

A importância da cadeia de produção agropecuária, da industrialização, de agregação de oferta de produtos e subprodutos de origem nos Estados membros do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e que há significativo impacto econômico e sanitário positivo quando os estabelecimentos industriais de processamento de matéria prima em produto elaborado se encontram próximos das propriedades rurais fornecedores dos animais e outros produtos, a garantia de qualidade que os produtos e subprodutos de origem animal, ofertados para consumo das populações nesses Estados, deve apresentar desde a produção da matéria prima até a transformação em produto final.

Os Estados membros, assim como outros Estados da Federação, têm seus serviços de inspeção sanitária animal e de fiscalização dos produtos e subprodutos de origem animal oficialmente estruturados, necessário se faz o compartilhamento de informações, padronização das exigências sanitárias para as Indústrias envolvidas, bem como maior transferência das atividades dos órgãos de fiscalização, com consequente redução dos custos operacionais motivados por possíveis compartilhamento de ferramentas de controle, fiscalização e auditoria entre os Estados

A ampliação de mercado para as empresas de produtos e subprodutos de origem animal, propiciando ao consumidor a maior oferta de produtos com qualidade e características regionais e culturais peculiares.

A evidente agregação de valor que a ampliação de mercado acarretará aos produtos de origem animal dos Estados membros do Consórcio, e consequentemente aumento de ren-

da para o setor produtivo e a ampliação do retorno financeiro aos Municípios com a arrecadação direta e indireta;

Em cumprimento a protocolos técnicos universais de produtos e conservação de alimentos, os Serviços de Inspeção de Produtos e Subprodutos de origem animal dos Estados podem ser considerados equivalentes, e que, a ação de equivalência do serviço de inspeção sanitária animal é a condição na qual o conjunto de normas e medidas de inspeção higiênico-sanitárias e tecnológicas aplicado por diferentes serviços de inspeção sanitária animal realizam, com efetividade, objetivos comuns de inspeção, fiscalização, auditoria, inocuidade, conformidade, identidade, qualidade e segurança alimentar dos produtos e subprodutos de origem animal.

O produto de origem animal é todo o produto, subproduto, matéria prima ou afim proveniente, relacionado ou derivado de qualquer animal, comestível ou não comestível, destinado ou não à alimentação humana, adicionado ou não de vegetais ou aditivos para sua conservação, condimentação, coagulação, fermentação ou colorização, entre outros, independentemente de ser designado como “produto”, “subproduto”, “mercadoria” ou “gênero”.

A inspeção e reinspeção de produtos de origem animal deve ser primordialmente pautada na execução das normas e procedimentos técnicos que asseguram a qualidade higiênico-sanitária e a segurança alimentar de produtos e subprodutos de origem animal destinados ao consumo, relacionadas aos processos e sistemas de controle industriais ou artesanais nas etapas de recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem e trânsito.

A inspeção industrial e sanitária animal trata-se de uma atividade privativa da profissional Médico Veterinário devidamente inscrito no Conselho profissional competente, sendo aquele com poder de polícia administrativa designado pelo Estado para o exercício da atividade por meio de concurso público ou aquele habilitado pelo Serviço Veterinário Oficial e vinculado à pessoa jurídica credenciada no órgão oficial competente pela defesa agropecuária.

A fiscalização e auditoria da inspeção sanitária animal é o exercício do poder de polícia privativo a órgão do poder público e exclusivo aos profissionais graduados em Medicina Veterinária e ingressos por meio de concursos público, consistente na verificação do cumprimento das determinações da legislação e dos regulamentos técnicos de inspeção sanitária e industrial de produtos e subprodutos de origem animal.

Diante do exposto e certo do apoio dos nobres Pares, antecipo os meus agradecimentos e reitero meus votos de estima e consideração.

Plenário das Deliberações, 05 de junho de 2018.
Dep. LAERTE GOMES – PSDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DOS DEPUTADOS JESUÍNO BOABAID - PMN, ANDERSON DO SINGEPERON - PROS e LÉO MORAES – PODE - Sustenta os efeitos do Decreto nº 22.716, de 03 de abril de 2018, que altera dispositivos do Decreto nº 19.494, de 15 de janeiro de 2015.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, provou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos do artigo 29, XIX, da Constituição Estadual de Rondônia, os efeitos do Decreto nº 22.716, de 03 de abril de 2018, que "Altera dispositivos do Decreto nº 19.494, de 15 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

O artigo 29, XIX, da Constituição Estadual, outorga ao Poder Legislativo a competência exclusiva para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar que são instrumentos que constituem um dos pilares do sistema de freios e contrapesos adotados pelo Legislador Constituinte, caracterizando a harmonia entre os Poderes.

O art. 3º do Decreto nº 22.716/2018, disciplina o procedimento para os servidores pleitearem benefícios previdenciários, vejamos:

"Art. 3º - Os requerimentos que pleitearem benefícios previdenciários devem ser protocolados junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, em sua sede na capital do Estado ou em uma de suas representações no interior, quando for o caso.

Parágrafo único – As disposições contidas no caput deste artigo aplicam-se aos demais Poderes, incluindo-se o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa e os órgãos autônomos Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, bem como a Junta Comercial.

Pelo disposto no artigo supracitado vê-se que os servidores deverão protocolar seus requerimentos administrativos diretamente no IPERON, estendendo, tal entendimento aos servidores do Judiciário e entre outros.

Consequentemente, tal previsão não está em conformidade com os arts. 56 e 56-A da Lei Complementar nº 432/2008, pois ambos disciplinam que os pedidos de aposentadoria serão analisados pelo IPERON, sendo que a concessão será por ato de representante do Poder ou instituição da carreira do servidor e pelo Presidente do IPERON.

Outrossim, ainda, é observado a descentralização orçamentária no que tange aos órgãos do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Assim, o Decreto 22.716/2018, fere frontalmente a Lei Complementar 432/2008, pois o decreto tem apenas o poder de regulamentar a lei, ou seja, criar os meios necessários para a fiel execução da Lei, sem, contudo, contrariar qualquer das disposições dela ou inovar o Direito, assim, o decreto somente poderá ser secundum legem ou, no máximo, praeter legem, jamais poderá ser contra legem, ou seja, não pode ser contrário a Lei, sob pena de ser ilegal e não ter validade. Outrossim, ainda fere a hierarquia das leis, nos termos da pirâmide de Kelsen.

Portanto, os efeitos do Decreto 22.716/2018, devem ser suspensos imediatamente com a máxima urgência por afetar diretamente a Lei Complementar 432/2008, bem como por ocasionar certas dificuldades do Instituto de Previdência – IPERON, para analisar os pedidos de aposentadoria, pois anteriormente o mesmo era apresentado no órgão de origem e após regular procedimento era encaminhado para o IPERON para parecer final.

Destarte que, tais fatos apurados pela Comissão Temporária Especial destinada a debater, acompanhar e fiscalizar o andamento dos Processos de Aposentadorias que tramitam nas secretarias e superintendências do Poder Executivo, bem como, no Instituto de Previdência do Estado de Rondônia – IPERON, com base na competência desta Casa de Leis, em fiscalizar os atos do Poder Executivo e da Administração Indireta (art. 29, XVIII, CE).

Por outro lado, o Decreto nº 22.716/2018 do Poder Executivo, não está complementando ou possibilitando a efetiva aplicação da Lei, mas, sim, regulamentando novo procedimento para análise de benefícios previdenciários no IPERON. O que extrapola o Poder Regulamentar que somente é praticado a partir de lei já existente não podendo o decreto dispor algo novo além do previsto na legislação, sob pena de ferir o princípio da segurança jurídica acrescido pelo Princípio da Legalidade, resguardado na Constituição Federal de que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Pelo exposto, conto com a colaboração dos nobres pares para sustar os efeitos do Decreto 22.716/2018, de 03 de abril de 2018, com a aprovação do presente Decreto Legislativo, para que não ocorra maiores prejuízos aos servidores públicos do Estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 05 de junho de 2018.
DEP. Anderson do SINGEPERON – PROS
DEP. Jesuino Boabaid – PMN
DEP. Léo Moraes – PODE

REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS HERMÍNIO COELHO - PC DO B, JESUÍNO BOABAID - PMN e LÉO MORAES - PODE - Requer à Mesa Diretora, a constituição de uma Comissão Especial composta de 03 (três) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, para apurar o montante da dívida do Estado de Rondônia com o Banco Central, relativa ao extinto Banco do Estado de Rondônia – BERON.

Os Deputados que o presente subscreve, requerem à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão especial composta de 3 (três) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, para apurar o montante da dívida do Estado de Rondônia com o Banco Central, relativa ao extinto Banco do Estado de Rondônia - BERON.

Nobres Parlamentares,

No ano de 1995, quando o Ex-Governador do Estado Valdir Raupp passou a administração do Banco do Estado de Rondônia – BERON, para o Banco Central com interventor, a

dívida era de 21 milhões de Reais. A intervenção do Banco Central deveria durar pelo período de 06 meses, para liquidar ou sanear. A intervenção ao invés de 06 meses, durou 3 anos, isto de 1995 a 1998. Ao final da intervenção a dívida tinha aumentado de 21 milhões de Reais. Isto foi comprovado por auditoria realizada tanto pelo Tribunal de Contas do Estado como pelo Tribunal de Contas da União.

Está comprovado, esta dívida foi feita durante a intervenção realizada pelo Banco Central, de maneira nenhuma o Estado de Rondônia poderia assumir essa dívida, feita pelo Banco Central. No entanto o ex - Governador Valdir Raupp em 1998 negociou, liquidou e assumiu a de 520 milhões de Reais feita pelo Banco Central. Parcelou os 520 milhões em 30 anos, que venceriam agora em 2028. Dessa dívida já foram pagos mais de 2 bilhões de Reais, quase 3 bilhões, e não tem como evitar por que vem descontando no Fundo de Participação dos Estados. Até o ano de 2014 vinha sendo descontado 15 Milhões, todos os meses, ficando suspenso desde 2014 até agora em 2018, quando o Governo Confúcio renegociou prorrogando a dívida até 2048, com uma parcela de 25 milhões por mês.

Calcule 360 parcelas vezes 25 milhões, via chegar a 7 bilhões, valor esse igual ao orçamento bruto do Estado de Rondônia, ou seja, de 21 milhões que era a dívida real, já pagamos quase 3 bilhões e no total temos uma dívida da mais de 7 bilhões.

O acordo feito em 1998, teria que ter a autorização desta Casa, mas não foi o que aconteceu, o acordo foi feito à revelia desta Casa. E agora novamente, o ex – Governador Confúcio realizou um acordo que está praticamente feito e não teve autorização da Assembleia.

Senhores Deputados,

No ano de 2017, esta Casa aprovou uma Lei que autorizou de forma genérica o Poder Executivo a renegociar as dívidas do Estado, mas após a negociação o acordo tem que passar por esta Casa, para ser homologado por esta Casa, isto porque o Deputado Jesuíno emendou o projeto original vindo do Executivo.

Em uma Audiência Pública na Câmara Federal na última terça-feira, falamos sobre tudo isso, e ninguém questionou. Rondônia não pode arcar com esse ônus tão grande, que inviabiliza seu crescimento e desenvolvimento.

Pelo exposto, é que tomamos a iniciativa de requerer esta Comissão Especial, para tentarmos, de alguma forma, reverter essa situação, porque nosso Estado não pode ser penalizado da forma que foi e está sendo, sem alguém tomar uma providência.

Assim sendo, contamos com o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações, 06 de junho de 2018

Dep. Hermínio Coelho – PC do B

Dep. Jesuíno Boabaid – PMN

Dep. Léo Moraes – PODEMOS

REQUERIMENTO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON – PROS - Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia para FEASE, solicitando informações sobre o cumprimento da Lei Complementar nº 965/2017.

Na forma do § 3º art. 31. da Constituição Estadual e nos termos regimentais, o Parlamentar que abaixo subscreve, re-

quer à Mesa Diretora que seja oficiado ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia à FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – FEASE, solicitando informações quanto ao cumprimento do § 3º. Do Artigo 161, da Lei Complementar nº 965/2017, de 20 de dezembro de 2017, que determina que os “cargos de diretores de unidades socio-educativas serão exclusivamente ocupados por Socioeducadores de carreira estáveis”, e ainda relatório contendo o nome e o vínculo (Efetivo ou Comissionado) de cada ocupante do cada cargo de diretor das unidades socioeducativas.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Este requerimento visa obter informações sobre o cumprimento do § 3º. Do Artigo 161, da Lei Complementar nº 965/2017, de 20 de dezembro de 2017, que determina que os “cargos de diretores de unidades socioeducativas serão exclusivamente ocupados por Socioeducadores de carreira estáveis”, e ainda relatório contendo o nome e o vínculo (se comissionado ou efetivo) de cada ocupante do cargo de diretor das unidades socio-educativas.

Cumpra-nos informar que implica em crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas, conforme Art. 31, § 3º da Constituição do Estado de Rondônia.

Diante disso, solicito apoio dos nobres Pares para aprovar o requerimento.

Plenário das Deliberações, 05 de junho de 2018

Anderson do SINGEPERON – PROS

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 005/2018/CA/ALE/RO

O CORREGEDOR CHEFE DA CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, em obediência aos princípios instituídos no Art. 37, caput, da Constituição Federal, ao disposto no Art. 181, da LCE de nº 68/1992 e no uso das atribuições que lhe confere o Art. 18º, parágrafo 2º, incisos II e III, do Ato 009/2015, por remissão do que dispõe a Lei Complementar nº 730/2013, publicada no DO-ALE n. 057 de 16.04.14 e DO-ALE n. 2311 de 01.10.13, respectivamente;

CONSIDERANDO, o teor do Memorando n.133/GDGR/2018, do Gabinete do Deputado Geral de Rondônia, datado de 13 de junho de 2018, que encaminha o Despacho da Secretaria Geral e, ainda, considerando a Ocorrência nº 103801/2018, de

08 de junho de 2018, da 1ª Delegacia de Polícia Civil - Ariquemes.

RESOLVE

I - **INSTAURAR** sindicância investigativa, para apurar os fatos que chegaram ao conhecimento desta Corregedoria por meio do Memorando n.º 133/GDGR, do Gabinete do Deputado Geraldo de Rondônia, datado de 13 de junho de 2018;

II - **DETERMINAR** que a Segunda Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designada através da Portaria n.º 003/2015/CA/ALE/RO, constituída pelos servidores estáveis, **JOSÉ DE RIBAMAR SILVA**, ocupante do cargo de Assistente Técnico Legislativo, matrícula n.º 100004341, Presidente; **JOÃO LENES DOS SANTOS**, matrícula n.º 100008624, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, como Segundo Membro e **OSMAR VILHENA DE AMORIM**, Assistente Técnico Legislativo, matrícula n.º 100009804, como Terceiro Membro, para que dentro do prazo legal, procedam à apuração;

III - A referida sindicância deverá seguir o estabelecido no artigo 183 e seguintes, da Lei Complementar 68/92.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da ALE-RO.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Porto Velho-RO, 21 de junho de 2018.

OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO
Corregedor Chefe

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 895, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Agente Penitenciário **Cassio Aparecido Alves Cassiano**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo n.º 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos n.º 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Agente Penitenciário **CASSIO APARECIDO ALVES CASSIANO**, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 20 de junho de 2018.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 896, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Susta os efeitos do Decreto n.º 22.716, de 3 de abril de 2018, que "Altera dispositivos do Decreto n.º 19.494, de 15 de janeiro de 2015".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam suspensos, nos termos do inciso XIX, artigo 29, da Constituição do Estado de Rondônia, os efeitos do Decreto n.º 22.716, de 3 de abril de 2018, que "Altera dispositivos do Decreto n.º 19.494, de 15 de janeiro de 2015".

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 20 de junho de 2018.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

SECRETARIA GERAL

ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 009/SG/2018

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do § 1º do Art. 15 do Ato n.º 09/2015- MD/ALE, de 11 de novembro de 2015,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer em caráter excepcional, que nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, o expediente será:

I-O expediente do dia 21/06 (quinta-feira), será das 8h às 12h e das 14h às 18h, ficando facultativo o expediente do dia 22/6/2018 (sexta-feira);

II-no dia 27/6/2018 (quarta-feira), das 7h30min. às 12h.

Parágrafo único. Em caso de classificação da Seleção Brasileira de Futebol para as etapas subsequentes, o expediente será:

I-das 13h às 18h, nos dias úteis em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol no horário da manhã;

II-das 7h30min. às 12h, nos dias úteis em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol no horário da tarde.

Este Ato entra em vigor no dia de sua publicação.
Porto Velho, 20 de junho de 2018.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral- ALE/RO

De acordo

DEP. MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO